



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

EMÍLIA QUERINO TAVARES

DISCURSO, IDENTIDADE E NORDESTE:
UMA ANÁLISE DOS VERBETES *PARAÍBA* E *BAIANO* EM DICIONÁRIOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

João Pessoa
2018

EMÍLIA QUERINO TAVARES

DISCURSO, IDENTIDADE E NORDESTE:
UMA ANÁLISE DOS VERBETES *PARAÍBA* E *BAIANO* EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUA
PORTUGUESA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Letras do Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da
Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do grau de
Licenciado em Letras Português, sob orientação da Profa.
Dra. Amanda Braga.

JOÃO PESSOA
2018

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal da Paraíba.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Tavares, Emília Querino.

Discurso, identidade e Nordeste: uma análise dos verbetes *paraíba* e *baiano* em dicionários de língua portuguesa / Emília Querino Tavares.
- João Pessoa, 2018.

56f.:il.

Monografia (Graduação em Letras- Língua Portuguesa) –
Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Amanda Braga

1. Discurso. 2. Dicionário. 3. Nordeste. II. Título.

BSE-CCHLA

CDU 81'42

EMÍLIA QUERINO TAVARES

DISCURSO, IDENTIDADE E NORDESTE:
UMA ANÁLISE DOS VERBETES *PARAÍBA* E *BAIANO* EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUA
PORTUGUESA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Letras Português, sob orientação da Profa. Dra. Amanda Braga.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Amanda Braga (UFPB)
(Orientadora)

Profa. Dra. Edjane Gomes de Assis (UFPB)
(Examinadora)

Profa. Ma. Keila Gabryelle Leal Aragão (UFPB)
(Examinadora)

Prof. Dra. Edileide de Souza Godoi (UFPB)
(Examinadora suplente)

JOÃO PESSOA
2018

AGRADECIMENTOS

À Deus, a quem dou toda a glória, pois de ti, por meio de ti e para ti, são todas as coisas.

À minha mãe, Josilene Lima, por todos os dias que, sob sol ou chuva, me levou à escola; por ter sido presente nas reuniões de pais e por ter sonhado esse sonho comigo.

Ao meu pai, Antônio Lima, pelos livros que lemos juntos, por me ensinar a lição de casa, por ter acreditado que eu sempre tiraria dez e ter me acarinhado com toda atenção de um pai afetuoso.

Ao meu marido, Gleydson Tavares, por todo suporte emocional, por me ajudar a vencer as dificuldades diárias, por acreditar em mim e me apoiar em minhas escolhas.

Ao meu tio Emanuel Lima, cujo estímulo e generosidade tanto me apoiou para que eu chegasse até aqui.

À minha amiga-irmã, Flávia Ramalho, por termos crescido juntas durante essa graduação, acadêmica, emocional e espiritualmente.

À minha orientadora, Amanda Braga, meu espelho de profissional. Sou grata por ter me apresentado à AD, aberto várias oportunidades acadêmicas para mim e pela inspiração de pessoa humilde, paciente e solícita.

À professora Edjane Assis, por tudo que me ensinou ao longo desses anos de Observatório do Discurso e pela honra de tê-la em minha banca.

À Gabryelle Leal, pela amizade e incentivo durante a minha graduação, bem como pela prontidão com a qual aceitou estar em minha banca. É uma alegria para mim.

À minha turma, Letras Português 2014.1, sou grata pela prontidão com a qual nos ajudamos ao longo de toda graduação e pelos momentos que lembrarei saudosa.

RESUMO

Esta monografia consiste na análise do verbete *paraíba* e *baiano* em dicionários de diferentes épocas, rastreando seus efeitos de sentido ao longo do tempo. Em sua tentativa de cristalizar sentidos, os dicionários trazem verbetes produzidos em distintas condições de produção, o que faz com que ganhem novos contornos no decorrer do tempo histórico. No que se refere ao verbete *paraíba*, esses contornos passam por um simples pertencimento geográfico, até um sentido que provoca a estereotipização da posição social do nordestino e promove a estigmatização da feminilidade da mulher nordestina. De semelhante modo, o verbete *baiano* também é descrito por estereótipos, principalmente, o da preguiça baiana. Objetivou-se analisar, por meio das definições presentes nos dicionários, memórias discursivas que sustentam esses enunciados, atestando sua construção histórica. Observando o modo como tais sentidos foram construídos e veiculados pelos dicionários, esta pesquisa aponta para a historicidade do discurso que engloba a minoria nordestina e feminina. Para alcançar os objetivos mencionados, esta pesquisa consiste na catalogação do verbete *paraíba* e *baiano* por meio de consultas às principais bibliotecas de João Pessoa, capital paraibana. Foram analisados dicionários produzidos em diferentes momentos da história, mais precisamente os dos séculos XIX, XX e XXI. Esta pesquisa teve como aporte teórico a Análise do Discurso, fazendo uso das suas ferramentas para descrever e interpretar o enunciado, assim como para perceber os seus efeitos de sentido.

Palavras-Chave: Discurso. Dicionário. Nordeste.

ABSTRACT

This monograph consists of the analysis of the *paraíba* and *bahian* in dictionaries of different epochs, tracing their effects of meaning over time. In their attempt to crystallize meanings, the dictionaries bring words produced in different production conditions, which causes them to gain new contours in the course of historical time. As far as the *paraíba* is concerned, these contours go through a simple geographic belonging, to a sense that causes the stereotyping of the social position of the northeastern and promotes the stigmatization of the femininity of northeastern women. In the same way, the *bahian* entry is also described by stereotypes, mainly, of Bahia laziness. The objective was to analyze, through the definitions present in the dictionaries, discursive memories that support these statements, attesting its historical construction. Observing the way in which these meanings were constructed and conveyed by the dictionaries, this research points to the historicity of the discourse that includes the northeastern and feminine minority. In order to achieve the mentioned objectives, this research consists in the cataloging of the *paraíba* and *bahian* through consultations with the main libraries of João Pessoa, capital of Paraíba. Dictionaries produced at different moments of history were analyzed, more precisely those of the 19th, 20th and 21st centuries. This research had the theoretical contribution of Discourse Analysis, making use of its tools to describe and interpret the utterance, as well as to perceive its effects of meaning.

Keywords: Discourse. Dictionary. Northeast.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I - ANÁLISE DO DISCURSO E DICIONÁRIOS: UM PANORAMA HISTÓRICO.....	11
1.1 BASES E EMBATES: A FUNDAÇÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA.....	11
1.2. A CONSTRUÇÃO DO DICIONÁRIO BRASILEIRO: A HISTÓRIA E O DISCURSO	16
CAPÍTULO II - A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE CULTURAL NORDESTINA.....	19
2.1. A NOÇÃO DE IDENTIDADE.....	19
2.2. O ESTEREÓTIPO NORDESTINO	22
CAPÍTULO III - ANÁLISE DO DISCURSO DICIONARÍSTICO E MÍDIÁTICO SOBRE OS TERMOS <i>PARAÍBA E BAIANO</i>	30
3.1. O VERBETE <i>PARAÍBA</i>	30
3.2. O VERBETE <i>BAIANO</i>	37
3.3. "VIEMOS PARA A PARAÍBA E COLOCAM UM <i>PARAÍBA</i> PARA APITAR"	43
3.4. "AQUI EM SALVADOR A RAPAZIADA JÁ NÃO TRABALHA NORMALMENTE..."	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

Quem somos nós, o que nós nos tornamos ou, ainda, de que modo nos tornamos sujeitos de uma dada sociedade? (FOUCAULT, 1995). Essas questões constituem o ponto de partida deste trabalho, que pretende melhor compreender nossa constituição enquanto sujeitos do atual momento histórico e, para tanto, propõe analisar enunciados que trabalham na construção das identidades culturais ou, mais precisamente, propõe analisar o modo como determinados verbetes dicionarísticos, produzidos em diferentes épocas, cumprem essa função. Neste ensejo, a pesquisa ora apresentada se insere no interior da Análise do Discurso de linha francesa – derivada das reflexões de Michel Pêcheux e Michel Foucault – em sua aliança com os estudos culturais.

O problema aqui colocado diz respeito, particularmente, à identidade cultural nordestina, ou, mais do que isso, diz respeito à maneira como estão postos historicamente os verbetes dicionarísticos que fazem referência a essa identidade. Abordar essa questão é percorrer o estreito limiar entre identidades e construções estereotípicas, noções que frequentemente se mesclam e se confundem na circulação dos dizeres.

Propõe-se aqui uma análise dos verbetes *paraíba* e *baiano* em dicionários dos séculos XIX, XX, XXI, atentando às continuidades e descontinuidades de suas acepções no decorrer do tempo histórico. Pertencente ao século XIX, o *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1813) será o único a ser consultado devido à própria raridade do acervo da época. Quanto ao século XX, serão consultados nove dicionários, a saber: *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (1964), *Dicionário Mor da Língua Portuguesa* (1967), *Nôvo Dicionário Brasileiro Melhoramentos* (1969), *Lisa Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1970), *Enciclopédia Mirador Internacional* (1976), *Grande Dicionário Enciclopédico Novo Brasil* (1979), *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa* (1980), *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa* (1988), *Dicionário Brasileiro Globo* (1991). Relacionados ao início do século XXI, serão consultados seis dicionários: *Michaelis* (2002), *Houaiss* (2009), *Dicionário de Gíria* (2009), *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2010), *Grande Dicionário Sacconi da Língua Portuguesa* (2010), *Novíssimo Aulete* (2011).

Discutir-se-á dizeres sobre uma nordestinidade que, de tão ditos e repetidos, trabalham para a sua própria manutenção. A fim de visualizar como isso é repercutido pela mídia, serão analisadas

ainda notícias veiculadas no meio digital, nas quais esses termos se inserem no discurso da estereotipia. Ao abordar esse tipo de discurso, ver-se-á aquilo que afirma Albuquerque Júnior: “O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga no direito de dizer o que é o outro em poucas palavras” (2011, p. 30).

Partindo do pressuposto de que, em um dicionário, “as palavras não são tomadas como algo abstrato, sem relação com os sujeitos e as circunstâncias em que eles se encontram, mas sim como resultantes das relações sociais e históricas” (NUNES, 2010, p. 7), a hipótese a ser investigada é a de que esses enunciados – verbetes dicionarísticos – revelar-nos-ia a trajetória percorrida pela sociedade na construção dessa identidade, na medida em que uma consulta ao mesmo verbete em dicionários de diferentes momentos abriria a possibilidade de analisar as continuidades e descontinuidades de determinadas acepções ao longo da história.

De um modo geral, o objetivo deste trabalho é construir uma cadeia enunciativa que ofereça acesso à construção histórica dessa identidade, partindo do modo como um dado verbete foi designado e, posteriormente, ratificado ou retificado pelas acepções recebidas posteriormente. Posto especificamente, objetiva-se:

- Inserir o *corpus* selecionado numa cadeia enunciativa, elencando as regularidades e rupturas que constituem os diferentes conceitos do verbete em questão.
- Analisar discursivamente notícias cujas relações estereotípicas e identitárias se fazem presentes e envolvem os termos *paraíba* e *baiano*.

Tendo em vista o trabalho com a Análise do Discurso enquanto fundamentação teórica e metodológica, haja vista a natureza da própria disciplina, dedicar-nos-emos, no Capítulo I, **Análise do Discurso e dicionários: um panorama histórico**, a apresentá-la como ferramenta de leitura dos discursos e, particularmente, como ferramenta de leitura dos dicionários. Posteriormente, no Capítulo II, **A construção discursiva da identidade cultural nordestina**, será discutido, ainda que brevemente, a construção discursiva da identidade cultural nordestina. Finalmente, no Capítulo III, **Análise do discurso dicionarístico e mídiático sobre os termos *paraíba* e *baiano***, se analisarão os verbetes *paraíba* e *baiano* em dicionários dos séculos XIX ao início do século XXI, seguida da análise de notícias veiculadas na internet que mostrarão como esses conceitos repercutem na sociedade e na mídia.

Esta discussão contará com contribuições teóricas advindas de vários autores, alguns deles fundamentais para a análise e reflexão almejadas. Para as questões sobre identidade, este trabalho se valerá da obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, de Stuart Hall (2006), que trata das identidades culturais no contexto da crise pós-moderna. Para pensar sobre a identidade nordestina em particular, serão trazidas reflexões presentes em *A invenção do Nordeste e outras artes*, obra de Albuquerque Júnior (2011), que debate a formação do Nordeste enquanto região e identidade, sobretudo a partir do imaginário social. Como foi adiantado, os conceitos analíticos serão aqueles desenvolvidos pela Análise do Discurso de Linha Francesa, principalmente os desenvolvidos por Michel Pêcheux e discutidos por Eni Orlandi. Discorrendo sobre a análise de dicionários em especial, servirão, de base e procedimento, artigos escritos por José Horta Nunes (2010), sobretudo aquele que se intitula *Dicionários: história, leitura e produção*.

A escolha por dicionários dos séculos XIX, XX e XXI é pautada por razões históricas. Esses séculos, respectivamente, correspondem ao antes, durante e depois da formação do Nordeste. Desse modo, será possível observar a lexicografia de cada época agindo sobre a formulação dos conceitos dos verbetes *paraíba* e *baiano*. Decidiu-se estudar essas acepções porque ambas são usadas para referenciar qualquer nordestino no contexto brasileiro e, além de representarem um estereótipo regional, levantam várias outras questões, como aquelas relacionadas ao gênero.

Disto decorre a relevância, bem como a justificativa da temática ora apresentada: trata-se de uma investigação da maneira como os sujeitos se constituem enquanto coletividade, do modo como identidades se constroem na articulação discursiva entre regularidades e rupturas. O dicionário é um dos principais instrumentos linguísticos utilizados por professores e alunos. Desse fato decorre a importância de atentar-se para quais discursos são veiculados nesses materiais. Uma das expectativas sobre a educação é de que ela forme indivíduos para a valorização da sua identidade e para o respeito à diversidade cultural, permitindo que a escola não se limite à transmissão de conteúdo, mas que exerça seu papel na formação de cidadãos críticos e pessoas tolerantes. Pensando nisso, esta pesquisa busca contribuir para atender tais expectativas.

CAPÍTULO I - ANÁLISE DO DISCURSO E DICIONÁRIOS: UM PANORAMA HISTÓRICO

1.1 BASES E EMBATES: A FUNDAÇÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA

Segundo Courtine, “[...] maio de 68 foi uma revolução discursiva” (COURTINE, 2006, p.51). A razão disso é que os acontecimentos daquele ano serviram de plano de fundo para que a Análise do Discurso de linha francesa (AD) — derivada das reflexões de Michel Pêcheux e Michel Foucault — emergisse no ano seguinte.

Dois meses antes do maio de 68, diversas manifestações sociais foram desencadeadas a partir de um grupo de estudantes rebeldes que protestaram na Universidade de Nanterre, França. A proibição do acesso dos garotos aos dormitórios femininos gerou o protesto cabeceado pelo estudante conhecido como Dany le Rouge (Daniel, o Vermelho). Dois meses após esse fato, a França presenciou uma greve geral que foi represada pelo Partido Comunista Francês e pelo governo. Entretanto, os estudantes não se intimidaram e organizaram uma série de greves, ao passo que fábricas foram ocupadas e milhões de trabalhadores cruzaram os braços.

Além da França, o ano de 1968 inspirou outros países à luta: o exército norte-vietnamita invadia o Vietnã do Sul tomando a embaixada dos Estados Unidos em Saigon; Mao Tse-tung iniciava a Grande Revolução Cultural Proletária na China Popular; acontecia a Primavera de Praga sob liderança do chefe de estado Alexander Dubcek; surgia nos EUA o movimento *hippie* com ações de contracultura; o líder do movimento negro, Martin Luther King, era assassinado em Memphis; entre outras manifestações. No Brasil, o estudante Edson Luís era morto por policiais militares enquanto protestava, mobilizando ainda mais o país contra o regime militar. Em junho do mesmo ano, ocorria a Passeata dos Cem Mil pelo fim da censura. Foi em meio a essa grande insatisfação política e crença numa sociedade transformadora que nasceu a AD francesa.

Importava, para Michel Pêcheux, filósofo francês e fundador da AD, elaborar uma teoria que estudasse o discurso e ao mesmo tempo contribuísse para intervir socialmente. O que Pêcheux buscou inicialmente foi desenvolver uma “máquina discursivo-estrutural” que pudesse analisar o discurso, especificamente o político. Por isso, importava para a AD estudar o discurso partindo do lugar de fala que o sujeito ocupava socialmente. Desse modo, o cenário francês de 68 foi propício

para a AD estabelecer suas bases, já que vivenciava um momento em que o povo expressava suas preocupações políticas e seu desejo por liberdade.

Mas não foi apenas desafiando a conjuntura política da época que a AD surgiu. A disciplina também desafiou a ciência ao desestabilizar saberes já convencionados pela Linguística. Isso se deu, sobretudo, por ter trazido de volta para os estudos da língua a história e o sujeito.

Quando a Linguística estabeleceu sua teoria, recorte e método, necessitou que o sujeito se enquadrasse em uma norma que proporcionasse objetividade ao estudo de seu objeto científico, a língua. De acordo com o pensamento saussuriano, é possível estudar a língua sem considerar seu relacionamento com a história, e também a fala sem o seu caráter social. No entanto, pela ótica da AD, não há como traçar limites de separação entre o social e o histórico; ambos se encontram indissolúveis dentro do discurso. A concepção saussuriana de sujeito também difere daquela que propõe a AD. Enquanto o Estruturalismo estudou o sujeito individual, a AD o reconhece enquanto parte de uma coletividade, compreendendo, pois, que o lugar de fala direciona o discurso do sujeito. Essa intrínseca relação entre sujeito, língua e história, pode ser esclarecida nas palavras de Eni Orlandi:

Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer aos efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2012, p. 49).

O objeto da AD, não é, portanto, a língua, mas o discurso. O discurso não pode ser contemplado em uma situação hipotética, através de emissores empíricos. O discurso, na verdade, se encontra no conjunto de enunciados, naquilo que foi efetivamente dito (ou silenciado) por sujeitos que vivenciam uma sociedade construída nas bases das relações políticas e históricas. Esse discurso falha, oscila, é silenciado. Os sentidos não estão presos às palavras desse discurso, as relações de poder o controlam, as condições de produção lhe (res)significam. É essa a noção de discurso que configura o objeto da AD. Acerca disso, Orlandi esclarece que

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática

de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2012, p.15).

Apesar dos embates teóricos, a AD é um campo da Linguística, pois seu objeto, o discurso, tem por materialidade a própria língua, afinal “é sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos” (PECHÊUX, 1997, p.91). Diferente do que é defendido pela Linguística, a AD entende que essa materialidade não é transparente, nem literal, mas opaca, histórica, passível de engano e de deslizamentos de sentidos. A posição assumida pela AD no campo da Linguística é a de uma disciplina de entremeios (ORLANDI, 1996), pois dialoga com outras áreas não para tomar conceitos acabados, mas para agregar outras reflexões pertinentes e, a partir disso, estabelecer releituras.

Evitando as perturbações que o “caos linguístico” da fala poderia trazer, Saussure (2006) estudou um sujeito normalizado, abordando a língua numa representação que não permitia estudar o discurso, inviabilizando o trabalho com seus aspectos sociais, históricos e políticos; bem como com as instabilidades que integram a prática da linguagem. É importante ressaltar que o Estruturalismo não negou tais aspectos, reconhecendo, inclusive, que a língua é uma instituição social. O recorte saussuriano desencadeou o estudo científico de um fenômeno de dimensões muito largas que é a língua. A partir disso, várias outras abordagens da língua se desenvolveram e ampliaram essa compreensão. Ao formular as bases da AD, Pêcheux contribuiu para expandir esses horizontes do ponto de vista discursivo, a fim de estudar a produção de sentido em sua ordem material e histórica.

Como foi dito, a AD dialoga com outras áreas do conhecimento. Foi desse modo que Pêcheux definiu seu quadro epistemológico. A AD foi ligada a três diferentes campos, a saber: o da Linguística, com a problemática do corte saussuriano discutido anteriormente; o da Psicanálise, com a releitura lacaniana de Freud e a sua teoria do inconsciente; e o do Marxismo, por meio da releitura althusseriana de Marx, da teoria da sociedade e das questões ideológicas. É por essa articulação de conhecimentos que a AD é considerada “nem autônoma, nem auxiliar” (ROBIN, 1986).

A publicação de *Análise Automática do Discurso* por Pêcheux e da revista *Langages* por Jean Dubois, ambas em 1969, deu início à história da AD. Diferente de Pêcheux, Dubois era lexicólogo e desejava que a nova disciplina fosse uma continuação da Linguística, como explica Gregolin:

[...] nesse final dos 60, Dubois e Pêcheux adotarão diferentes perspectivas: para Dubois a AD seria uma continuação natural da Linguística, articulando-lhe um modelo sociológico para alcançar a enunciação; já para Pêcheux a preocupação era a epistemologia, o *corte saussuriano*, a reformulação da parole e a conseqüente interrogação sobre o dispositivo teórico para a análise das condições de possibilidades do discurso, dos processos discursivos (2001, p. 11-12).

Nesse momento inicial, a AD tratou de formular a “máquina discursiva” tão almejada por Pêcheux. Essa máquina funcionaria partindo da ideia de que o discurso poderia ser homogêneo e de que se deveria considerar a repetição das sequências parafrásticas na análise. Isso teria relação com a ilusão de que o sujeito seria fonte do *seu* dizer, enunciando em condições de produção estáveis e uniformes. Nessa fase, a partir da leitura de Althusser, Pêcheux concebe o sujeito como assujeitado pela ideologia. Mas a construção teórica da AD da década de 60 não estava acabada. Essa foi, na verdade, a primeira de três épocas de revisões e mudanças de conceitos basilares da sua teoria e metodologia.

A segunda época da AD manteve sua concepção sobre o sujeito, pois “a noção de sujeito discursivo permanece como efeito de assujeitamento à formação discursiva com a qual ele se identifica” (FERNANDES, 2007, p. 82). O que marca essa fase é a noção de formação discursiva (FD) foucaultiana que põe em discussão o projeto de uma máquina discursiva estrutural, fechada e homogênea; pois passou-se a admitir que essa formação teria em sua constituição outras FDs, sendo reconhecida, portanto, a relação com o externo. Entende-se por FD “aquilo que numa formação ideológica dada — ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada — determina o que pode e o que deve ser dito” (ORLANDI, 2012, p. 43).

É ainda na segunda fase da AD que surge a ideia de interdiscurso. Orlandi (2012), parafraseando Courtine (1984), explica as noções de interdiscurso e intradiscurso. A autora explica que o interdiscurso está no eixo da constituição “um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos e esquecidos que representam o dizível (p. 32) e, no eixo horizontal, o intradiscurso, “isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas” (p. 33). Desse modo, o enunciado está no cruzamento desses dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). Por isso a AD entende que a leitura não produz sentido para o leitor sem que esse reconheça traços anteriores ao texto, o interdiscurso é justamente essa memória. Essa anterioridade revela que os sujeitos não são fonte e nem origem de seu dizer (PÊCHEUX, 1997). Em outras palavras, o discurso é construído historicamente por meio dos sujeitos, ao passo que os dizeres se

repetem, ativam memórias, produzem sentido e são ressignificados. O sentido não é linguístico, portanto, mas histórico.

Em sua terceira época, a AD amplia a noção de FD e aprofunda suas discussões a partir das ideias de Michel Foucault com outros pensadores. Pêcheux fez diversas leituras de teóricos como Mikhail Bakhtin, Pierre Nora, Jacques Le Goff, Michel de Certeau, e se aproximou do pensamento foucaultiano através de Jean-Jacques Courtine. Nesse momento, figura a ideia de heterogeneidade discursiva e saem os termos “aparelho ideológico” e “luta de classes”, distanciando a linha marxista. Viu-se também a necessidade de considerar as novas materialidades da modernidade que não são somente linguísticas, mas também visuais, sonoras, corporais etc. Isso porque hoje compreende-se que toda produção de sentido é um discurso. Ou seja, o discurso não está restrito às palavras, podendo ser dito e retomado pela escrita, oralidade, fotografia, pintura, até mesmo por um gesto ou uma determinada melodia. Tais exemplos são discursos porque são práticas sócio-históricas que retomam memórias e provocam “efeito de sentido entre locutores” (PÊCHEUX, 1969, p.82).

É somente em sua terceira fase que a AD francesa pode ser recepcionada pelos brasileiros. Isso se deu pelo fato do aparecimento dessa linha teórica ter coincidido com a ditadura militar no Brasil. Nesse período, o país vivenciava uma censura rígida que impedia o desenvolvimento da AD, já que a mesma se dedicava a analisar o discurso político, principalmente em sua fase inicial. A França, como exposto anteriormente, estava enfrentando os movimentos do maio de 68 — e estava passando pelo ápice do Estruturalismo. A vinda desse campo teórico ao Brasil foi possível por intermédio da pesquisadora e professora Eni Orlandi, responsável por traduzir os escritos pecheuxtianos e formar os primeiros pesquisadores brasileiros da área.

É através dos conceitos da AD que esta discussão irá nortear-se e fundamentar-se. A análise de verbetes e de notícias que reverberaram na mídia, tal como propõe esta pesquisa, são algumas das múltiplas possibilidades de aplicação que esse dispositivo teórico pode oferecer. A AD não tem se debruçado apenas sobre a mídia e a sua fluidez, mas também demonstra interesse por áreas que exigem uma coleta mais minuciosa, como a análise de verbetes. O percurso histórico desta pesquisa tem a mesma cronologia da história dos dicionários no Brasil, os séculos XIX, XX e XXI. Por isso, antes de adentrar na análise dos verbetes, faz-se necessário pensar a história dos dicionários no Brasil, além de conhecer de que maneira, metodologicamente falando, a AD pode ser empregada nesse tipo de trabalho.

1.2. A CONSTRUÇÃO DO DICIONÁRIO BRASILEIRO: A HISTÓRIA E O DISCURSO

O primeiro dicionário geral efetivamente brasileiro surgiu somente na metade do século XX. Antes disso, durante o século XIX e início do século XX, foram utilizadas obras parcialmente brasileiras nas quais predominavam o português europeu e eram adicionados complementos, brasileirismos e regionalismos.

As primeiras tentativas brasileiras de produzir dicionários foram comentários sobre os significados de palavras indígenas e listas de palavras português-tupi e tupi-português. A partir disso, começaram a circular os primeiros dicionários. Essas obras bilíngues (português-tupi) foram elaboradas pelos missionários jesuítas. Essas produções sustentavam o discurso religioso que deveria ser reproduzido pelos índios, funcionando como uma ferramenta ideológica que impôs sobre os nativos a visão de mundo dos invasores, bem como seus interesses de dominação e exploração.

Com a Reforma Pombalina, os jesuítas foram expulsos do Brasil em 1759. A reforma trouxe ideais iluministas que se opunham às práticas de catequese para Portugal e para o Brasil. Em síntese, a Época Colonial foi marcada pelo empréstimo dos instrumentos linguísticos portugueses e o reconhecimento exclusivo da língua e cultura do colonizador.

O *Dicionário da Língua Portuguesa* (1789) foi o primeiro dicionário monolíngue da língua portuguesa e foi elaborado por Moraes Silva, brasileiro que estudou direito em Portugal. Esse dicionário teve grande representatividade, sobretudo no século XIX. Nele foram inseridos alguns *brasileirismos*, o que ainda foi insuficiente para constituí-lo como um dicionário do português brasileiro.

No início do século XX, o projeto de Machado de Assis junto à Academia de Letras (ABL) de elaborar um vocabulário de *brasileirismos* era impresso e revisto, porém, não chegou a ser publicado, mesmo com novas investidas. Apenas na terceira década do século XX surgiram os dicionários monolíngues do português brasileiro, como o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1938), um dicionário básico de Gustavo Barroso e Hildebrando Lima, e o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (GNDLP) (1939-1944), organizado por Laudelino Freire e publicado em cinco volumes. Nunes (2013) explica que o GNDLP foi o primeiro a sustentar um ideal de dicionário integralmente brasileiro. Contudo, o pesquisador ressalta que, apesar desse

dicionário ter buscado representar a língua nacional enquanto unidade, limitou-se a considerar somente a cultura letrada, revelando um discurso purista acerca da língua. O pesquisador, por meio da problematização dos exemplos, percebeu o conservadorismo linguístico que citava somente frases de autores clássicos (muito deles portugueses). A obra não chegou a uma segunda edição.

Até o presente século, muitos dicionários progrediram na pretensão de se aproximarem, de fato e com efeito, do léxico brasileiro. Destaque para o *Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa* que, desde 1975, vem publicando novas edições e diferentes tipos, sendo, provavelmente, o mais difundido e utilizado no país.

Os dicionários brasileiros são exemplos de como a história, os diferentes discursos da época e a ideologia do sujeito lexicógrafo influenciam fortemente nesse tipo de produção. O dicionário não se limita a um instrumento linguístico na AD, ele é, além disso, um objeto discursivo.

Através dos dicionários, memórias são retomadas, esquecidas e transferidas de uma língua para outra. Trata-se de uma memória lexicográfica, como explica o pesquisador José Horta Nunes:

Produzir saber linguístico implica em uma mexida nas redes de memória. E no caso dos dicionários, podemos falar nesse sentido de uma *memória lexicográfica*, isto é, de um campo de memória mobilizado pelos dicionários, assim como pelas teorias e procedimentos lexicográficos que se encontram neles (NUNES, 2013, p.163).

Mas como investigar essa memória e sua atualidade? Acerca de um método que permita ao leitor realizar uma análise discursiva de dicionários, Nunes (2013) recomenda alguns procedimentos para esse tipo de estudo: identificar as lacunas, identificar a posição do lexicógrafo e problematizar os exemplos.

As lacunas estão, sobretudo, no não-dito, ou seja, nos silenciamentos que o autor realiza. Cabe ao analista pensar quais forças motivam não só o dizer, mas também esse “não-dizer” que constitui significado em uma determinada época, sob determinadas condições. Orlandi (2012) descreve pelo menos duas formas pelas quais o sujeito exerce o “não-dito”, são eles: o silêncio fundador e o silenciamento (ou política de silenciamento). O silêncio fundador está presente em toda linguagem e palavras, é o “silêncio que indica que o sentido pode ser sempre outro” (2012, p.83). Já os silenciamentos podem ocorrer por meio do silêncio constitutivo ou do silêncio local. O silêncio constitutivo é inerente ao próprio dizer, já que fazê-lo é sempre silenciar outros dizeres.

O silêncio local, por sua vez, é a censura que controla o discurso, as relações de poder que irão autorizar ou não o dizer.

A posição do lexicógrafo está relacionada com o ponto de vista que ele assume, afinal, não há discurso neutro (PÊCHEUX, 1997). Isso significa dizer que os sujeitos e suas ideologias podem assumir uma mesma posição ou diferentes, ainda que dentro de uma mesma FD. Os dicionários são produtos de uma época, por isso, é inevitável que as ideologias que circularam na comunidade linguística em que foram produzidos se façam presentes. É preciso identificar quais são assumidas na obra e como isso se relaciona e interfere na tentativa dos dicionários de construir e estabilizar sentidos.

Os exemplos presentes nos dicionários também não são aleatórios. É preciso questioná-los porque, primeiramente, eles são selecionados — o que requer do lexicógrafo as motivações para realizar essas escolhas — e, em segundo lugar, porque outros exemplos são silenciados — uma série de outros exemplos são apagados, como também por vezes enunciados em edições de outras épocas.

Nesta pesquisa, são abordados os efeitos dessas constatações sobre os verbetes *paraíba* e *baiano*. O primeiro, tratando do discurso que ele sustenta acerca da identidade da mulher nordestina e, mais especificamente, a pertencente a este estado (Paraíba); o segundo, discorrendo sobre os dizeres acerca do sujeito oriundo do estado da Bahia. Como tal fato é intrínseco às questões que perpassam a formação histórico-cultural que hoje conhecemos por região Nordeste, o interesse está voltado para dicionários dos séculos XIX (antes do Nordeste), XX (formação do Nordeste) e XXI (atualidade do Nordeste).

Entretanto, para que alcancemos a análise proposta, é preciso antes uma reflexão sobre a própria noção de identidade — aqui embasada, principalmente, pelas contribuições teóricas de Stuart Hall (2006) — e também pensar questões identitárias que envolvem o Nordeste — de modo específico, aquelas ligadas ao sujeito paraibano, baiano e mulher. Algumas indagações serão centrais neste momento: como a história da formação do Nordeste contribuiu para a construção do imaginário social do nordestino? Que processo histórico é esse que aparenta homogeneizar a diversidade nordestina, redundando na materialização dos discursos de discriminação regional e de gênero e, por fim, substituindo identidades (no plural) pelo estereótipo (no singular), tais como aqueles veiculados pelos dicionários e reverberados pela mídia? São essas questões que nortearão a discussão do próximo capítulo.

CAPÍTULO II - A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE CULTURAL NORDESTINA

Falar sobre identidade nordestina, antes de mais nada, é falar de uma construção geográfica onde indivíduos se tornam coletividade. Sujeitos de uma mesma história, essas pessoas partilham dificuldades e experiências comuns, recebem os mesmos legados culturais e juntas se reconhecem enquanto povo. O que aqui se questiona sobre essa identidade é: por que a ideia de nordestinidade é perpassada pelo discurso da intolerância e dá base a sentidos depreciativos? O caminho mais confiável para responder a isso é certamente o percurso histórico. É por essa via que esta discussão será trilhada neste momento, sem explorar de modo exaustivo, mas servindo, ainda assim, como um norteador para a análise que será feita no capítulo seguinte.

2.1. A NOÇÃO DE IDENTIDADE

O termo “povo” (do latim *populus*, do etrusco *pupluna*) remete à ideia de unidade. Como dito anteriormente, a referência de povo é estabelecida no espaço geográfico que uma comunidade ocupa e pelo conjunto de caracteres que partilha, estabelecendo, portanto, um processo de identificação. Esse conceito de identidade enquanto unificação já era discutido por Aristóteles. O filósofo defendia o conceito de identidade enquanto “unidade da substância”.

Em sentido essencial, as coisas são idênticas do mesmo modo em que são unidade, já que são idênticas quando é uma só sua matéria (em espécie ou em número) ou quando sua substância é uma. É, portanto, evidente que a identidade de qualquer modo é uma unidade, seja porque a unidade se refira a uma única coisa, considerada como duas, como acontece quando se diz que a coisa é idêntica a si mesma (ARISTÓTELES apud ABBAGNANO, 1998, p. 528).

Em vista disso, existiria, para Aristóteles, uma essência, uma base comum capaz de unir os indivíduos de tal maneira que seria possível agrupá-los e tratá-los em sua unicidade. Esse processo de identificação está presente desde as bases das relações sociais.

Por exemplo, é possível observar identificação configurando unidade através das práticas de reconhecimento (semelhanças) frequentes nas interações sociais. Os indivíduos se reconhecem

no outro, na representação de um lugar ao qual pertencem, em elementos que julgam serem próprios deles, em síntese, em características comuns que os associam.

Mas não é apenas pelas semelhanças que os indivíduos se agrupam, na verdade, a diferenciação que ocorre nas relações de alteridade é tão presente quanto. Um grupo encontra sua singularidade porque é posto à distinção de outros. Isso faz com que seus integrantes, ainda que ultrapassem as suas fronteiras territoriais, não percam a noção de pertencimento àquela comunidade. Esse grupo pode perceber a sua singularidade porque é capaz de contrastar sua cultura com a do outro, distinguindo seus traços. A alteridade está justamente nesse tipo de relação, nesse “Ser outro, colocar-se ou constituir-se como outro” (ABBAGNANO, 1998, p. 34-35).

Um campo que se debruça sobre as questões identitárias é o da teoria social. Procurando desenvolver o conceito de identidade, Stuart Hall (2006), teórico cultural e sociólogo jamaicano, registrou três concepções históricas de sujeito que ajudariam a compreender como se dá essa constituição: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O Protestantismo, o Humanismo Renascentista, a ciência e o Iluminismo, foram determinantes para a formação do sujeito do Iluminismo. O núcleo desse sujeito é consciente, centrado, masculino, dotado de razão e consiste no próprio eu humano. Além disso, nasce com o indivíduo e faz com que ele seja essencialmente o mesmo depois do crescimento.

O sujeito sociológico, por sua vez, desconstrói essa visão autônoma, “impenetrável”, ao afirmar que outras pessoas também fariam parte dessa formação acrescentando valores, internalizando sentidos e aspectos culturais por meio da relação de interação entre esse eu e a sociedade. Significa dizer que, apesar desse sujeito nascer com um núcleo cuja essência seria o seu eu, também seria possível acrescentar algo a ele a partir do diálogo com outros sujeitos, na interação com outras identidades. Ele não seria, portanto, autossuficiente, mas alcançaria sua estabilidade na interação do meio interno com o externo.

Já o sujeito pós-moderno surge para mostrar que esse sujeito social não é apenas instável, como se pensava outrora. Ele engloba não apenas uma, mas as várias identidades que o circunda no meio externo. Isso faz com que as identidades sejam fragmentadas, provisórias, resultantes de um sujeito imerso num mundo plural e fugaz. Não existe aqui, portanto, uma essência a ser mantida. Trata-se de uma identidade volátil, regida pelas diferentes contribuições culturais que esse indivíduo recebe. Ele é um produto do meio, mas não é acabado; está o tempo todo sendo acrescido,

modificado e assumindo novos valores. Bauman (2001) se referia à pós-modernidade pela expressão “modernidade líquida”. *Líquida* porque é fluida, muda de estado facilmente e se adapta aos diferentes espaços, tomando a forma deles. Hall trouxe considerações atuais sobre o conceito de identidade afirmando que:

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento [...]. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada. [...] Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida, a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2006, p. 38-39).

O sujeito pós-moderno de quem trata Hall se comunica facilmente com o mundo, se desloca rapidamente, vive o fluxo constante do espaço urbano. Essa troca de experiências particulares não fornece aos indivíduos um formato para se enquadrarem e se estabelecerem, pelo contrário, lhes são apresentados múltiplos elementos, sejam eles próprios do seu grupo cultural ou não. Esses elementos não lhes são inatos, mas agregados ou perdidos, suplementando a inteireza de cada indivíduo. Trata-se, portanto de um processo constante, por isso o termo “identidade” pode não ser o mais apropriado quando se o que está sendo discutido é sobre “identificação”.

Não reconhecer o processo de identificação sobre o qual tratou Hall é uma das causas para que as noções de identidade e estereótipo sejam comumente confundidas. O estereótipo formata os sujeitos, identificando-os através de ideias preconcebidas, classificatórias e generalizadas.

Não é à toa que o termo “estereótipo” foi emprestado da tipografia. Nesse contexto, ele dava nome à impressão de uma chapa de caracteres fixos. Essa metáfora mostra que os estereótipos culturais buscam fixar características em pessoas do mesmo modo que a chapa da topografia fazia com a obra impressa.

O problema colocado aqui é que estereótipos culturais são confundidos com identidade cultural. O estereótipo generaliza as características dos integrantes de um determinado grupo, incluindo todos dentro das mesmas categorias inflexíveis, fechadas e que não possibilitam diferenciar as particularidades de cada indivíduo.

Podem ser positivos, mas na grande maioria das vezes os estereótipos funcionam com conotação negativa e são tendenciosos ao discriminar grupos específicos. Em geral, costumam fazer referência ao gênero, à condição socioeconômica, à região ou a grupos raciais e étnicos.

2.2. O ESTEREÓTIPO NORDESTINO

A mensagem do estereótipo de nordestino é veiculada em praticamente todo tipo de suporte. Está na novela das seis, é transmitida no horário nobre e é relembrada na reprise. Essa generalização está no comportamento dos personagens de obras literárias, está representada na performance teatral e presente no imaginário humano. A pobreza, a condição de seca, a falta de instrução, a ingenuidade e os modos grosseiros são logo atribuídos. Assim, todos os nordestinos pareceriam ser de personalidade rígida como a do “Seu Lunga”, famoso nas anedotas populares; machistas como o Vicentão, personagem de *O Auto da Compadecida*, a famosa adaptação cinematográfica da obra do escritor Ariano Suassuna.

O Nordeste é uma região que traçou seus limites ao destacar características próprias que a diferenciou das demais regiões brasileiras. Nessa perspectiva, Margareth Rago afirma que “Até meados da década de 1910, o Nordeste não existia, ninguém pensava no Nordeste, os nordestinos não eram percebidos, nem criticados como gente de baixa estatura, diferente e mal adaptada.” (RAGO, 2011 apud ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.13).

Existe, como pode ser observado no cotidiano brasileiro, uma tendência a inferiorizar o Nordeste face a outras regiões, sobretudo no Sul do país, ao qual o sertanejo recorreu em “busca de uma vida melhor” durante o êxodo rural. Mesmo depois de seus habitantes começarem a encontrar mais oportunidades de qualidade de vida em seu próprio solo, o Nordeste continuou sendo esse território não almejado, sem oportunidades e para quem o Sul permaneceu uma espécie de “terra que emana leite e mel”. Sua cultura é concebida como subalterna ao passo que a realidade sulista mostra aquilo que seria considerado uma cultura verdadeira, algo que faz com que o indivíduo caia no pensamento equivocado de que existe uma cultura elevada, superior.

É certo que algumas problemáticas nordestinas ainda estão presentes, porém, nota-se que não importa o quanto essa região tenha se desenvolvido economicamente nos últimos anos, o olhar

de fora não percebe que o cenário rural tem se tornado cada vez menor diante da urbanização, que tem ocorrido a instalação de grandes indústrias, um grande crescimento vertical das cidades e uma melhoria considerável na educação. Discursivamente, os nordestinos permanecem reduzidos à paisagem da seca, da caatinga, da ossada do gado pela estrada de terra; do Cangaço, da cana-de-açúcar, do engenho, do messianismo, da senzala e de outros temas ligados à pobreza. Sobre a imagem nordestina, Durval Muniz diz:

O tema da seca foi, sem dúvida, o mais importante, por ter dado origem à própria ideia da existência de uma região à parte, chamada Nordeste, e cujo recorte se estabelecia pela área de ocorrência deste fenômeno. [...] A imagem do Nordeste passa a ser pensada sempre a partir do seu território. A retirada, o êxodo que ela provoca, estabelece uma verdadeira estrutura narrativa (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.138).

Nesse contexto de seca e pobreza, a luta pela sobrevivência assume o caráter violento dos cangaceiros. O Cangaço foi um fenômeno do banditismo nordestino do Brasil dos séculos XIX e XX. Estavam envolvidos camponeses pobres portando espingardas, revólveres e armas brancas, usando roupas e chapéus confeccionados com couro. Os jagunços e os cangaceiros foram os dois bandos que mais se destacaram. O primeiro era formado por homens que matavam por dinheiro, os quais também ficaram conhecidos como capangas. O segundo eram os bandidos sociais que davam apoio aos pobres.

Lampião, cujo nome era Virgulino Ferreira da Silva, agiu durante as décadas de 20 e 30 e eternizou-se na memória nordestina como o Rei do Cangaço. A respeito dele, Durval Muniz explica:

O cangaceiro era alguém que aspirava ao poder e à glória. Seus crimes deviam ser praticados e narrados, queriam ser fotografados e queriam seus bilhetes atrevidos às autoridades divulgados pelos jornais. Antônio Silvino lia os jornais para se certificar de que estes diziam a verdade sobre ele. Lampião queria que folhetos e cantorias cantassem seu nome estas inúmeras versões sobre cada crime e cada cangaceiro ajudaram a compor uma figura mítica, complexa, múltipla, cuja identidade entre Deus e o Diabo será tomada como emblema de uma sociedade que se degenerava e precisava ser socorrida por quem de direito. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.143).

Enquanto explorava Paulo Afonso, município da Bahia, Lampião conheceu Maria Gomes de Oliveira. Maria bonita, como era chamada, encontrou-se com o cangaceiro em uma de suas idas à casa dos pais nas frequentes brigas como sapateiro Zé de Nenê. Separada do sapateiro, Maria

Bonita une-se a Lampião. Ela foi a primeira mulher a integrar um bando de Cangaço, marcando um momento histórico, abrindo a entrada para outras mulheres que aos poucos também foram incorporadas ao grupo. As mulheres do bando não tinham tarefas específicas, não cozinhavam e nem costuravam como era comum naquele tempo. Essas atividades eram encarregadas aos homens. O relacionamento dos cangaceiros rendeu oito anos e uma filha. Maria Bonita foi atingida apenas uma vez, em 28 de julho de 1938, quando o casal foi assassinado. Depois da autópsia, constatou-se que ela havia sido degolada.



Figura 1 - Maria Gomes de Oliveira, vulgo Maria Bonita, companheira de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, e a primeira mulher a participar de um grupo de cangaceiros.

Mulheres participando de atos violentos, mostrando um ideal de coragem que até então se resumia ao homem não era uma figura comum para a época, o que contribuiu para mudar a imagem

de outras regiões acerca da mulher nordestina. Nesse sentido, o Cangaço refletiu na identidade da mulher do Nordeste.

A figura de Maria Bonita inspira, até hoje, a imagem da mulher nordestina como aquela que é valente, capaz de medir forças com o homem. O problema é que, como a maioria dos estereótipos, chega-se a afirmações extremas e generalizantes de que a mulher nordestina seria rude e incapaz de expressar o comportamento que a sociedade julga exclusivo do comportamento feminino. Nesse momento, a mulher nordestina deixa de ser considerada integralmente mulher e passa a ser aquela que, em parte, é masculinizada, por ter se apropriado de características que só diriam respeito ao homem.

A bravura das cangaceiras, a força e resistência física da mulher sertaneja para carregar a lata d'água na cabeça e realizar o trabalho braçal e escaldante no campo, parecia ter feito com que elas fossem menos femininas, porque as mulheres, até os dias de hoje, são masculinizadas quando exercem atividades que exigem força física. As difíceis condições de sobrevivência no Nordeste exigiam que toda família trabalhasse. Ao retratar as atividades femininas praticadas pelas nordestinas no século XIX, Miridan Falci descreve que

As mulheres pobres [do Nordeste] não tinham outra escolha a não ser procurar garantir seu sustento. Eram, pois, costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras - estas últimas, na enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher. (FALCI, 2017, p. 250)

O discurso masculinizante da mulher nordestina é expresso de muitas formas. Muitos irão lembrar de uma canção popularmente conhecida na voz de Luiz Gonzaga, cantor regional que ficou eternizado por cantar o Nordeste. A canção leva o nome de um estado nordestino, a *Paraíba*.

*Quando a lama virou pedra
E Mandacaru secou
Quando o Ribação de sede
Bateu asa e voou
Foi aí que eu vim me embora
Carregando a minha dor
Hoje eu mando um abraço
Pra ti pequenina*

Paraíba masculina,

Muié macho, sim sinhô

*Eita pau pereira
Que em princesa já roncou
Eita Paraíba
Muié macho sim sinhô*

*Eita pau pereira
Meu bodoque não quebrou
Hoje eu mando
Um abraço pra ti pequenina*

*Paraíba masculina,
Muié macho, sim sinhô*

Paraíba, Luiz Gonzaga/ Humberto Teixeira (1952).

Quando uma mulher paraibana menciona sua origem, é provável que ela ouça algum tipo de referência à música que diz que a Paraíba é “masculina”, “mulher macho”, seguido do “sim senhor”, em atitude de afirmação. Mas é sabido por poucos que esse não foi o objetivo expresso pelo rei do baião e do cearense Humberto Teixeira.

Uma das partes da música faz referência ao Coronel José Pereira. Pereira foi um dos maiores coronéis do Nordeste e o mais poderoso da Paraíba. Ele tinha o seu reduto político em Princesa Isabel, cidade paraibana. Pereira se opunha ao político que hoje dá nome à capital, João Pessoa Cavalcanti.

A letra aponta para a bravura de João Pessoa. É só lembrar o momento histórico de 1930, quando ele aparece como candidato à vice-presidência do Brasil ao lado de Getúlio Vargas. Na canção, o objetivo é retratar uma Paraíba (no sentido denotativo do termo) que enfrenta grandes desafios quando busca uma mudança política no cenário do país, mesmo sendo julgada pequena diante dos outros estados. É diante dessa conjuntura que o estado une força, ganha voz e representatividade. A canção foi produzida para rememorar um momento histórico. A expressão “Paraíba masculina/ muié macho, sim sinhô” lembra a coragem dessa atitude e usa uma personificação feminina pela razão da própria palavra que dá nome ao estado ser um substantivo desse gênero.

Contudo, percebemos que o objetivo de Gonzaga e Teixeira sofre mudança quando a expressão “Paraíba masculina/ muié macho/ sim sinhô” retoma uma memória que aponta não mais para o estado nordestino, e sim para a mulher de comportamento aparentemente masculino, funcionando como um tratamento pejorativo. Esse é um exemplo de que os sentidos estão longe de serem estáveis e o enunciador apenas possui a falsa impressão de transparência e de controle do que diz. O que ele diz, dependendo de onde e quando diz, produzirá sentidos diferentes.

O termo *paraíba* também pode assumir uma aplicação geral, sendo usada para se dirigir a homens. Mais uma vez não serve como elogio, mas para dar voz à opressão da minoria nordestina. Nesse caso, esse sujeito é oprimido pelo estereótipo de que todo paraibano é aquele que migra para o sul por melhores condições de sobrevivência, é o trabalhador braçal, o analfabeto, o servente. Ocupar esses lugares é sempre ser posto em posição de inferioridade na realidade brasileira. Esse significado atribuído à *paraíba* estabelece correspondência com a forma “baiano” no estado de São Paulo, assim como diferencia Durval Muniz em uma passagem sobre as canções de Gonzaga:

O sucesso de suas músicas entre os imigrantes participa da própria solidificação de uma identidade regional entre indivíduos que são igualmente marcados, nestas grandes cidades, por estereótipos como o do “baiano” em São Paulo e o do “paraíba” no Rio (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.180).

Assim, outro estereótipo nordestino é o imaginário coletivo que se tem de baiano. Essa imagem é ratificada sobretudo no discurso humorístico que o generaliza como aquele que é preguiçoso, lento para falar, gosta de axé, praia, cultua o Candomblé e tem no acarajé seu prato principal. Há uma redução do sujeito baiano a estigmas sociais a partir desse estereótipo. Pode-se afirmar que preguiçoso é, das características atribuídas aos habitantes da Bahia, a mais disseminada no Brasil.

Dois momentos históricos mostram-se ligados ao estereótipo de preguiça imputado aos baianos: O primeiro diz respeito à primeira época da história brasileira, o período colonial; o segundo ao século XX, com a industrialização.

A capital da Bahia, Salvador, é a cidade fora da África mais habitada por negros, reflexo do grande fluxo de pessoas escravizadas no local. Esses eram frequentemente chamados de “preguiçosos”. Prova disso é a famosa Ladeira da Preguiça, localizada no centro de Salvador.



Figura 2 - A Ladeira da Preguiça, localizada no bairro Dois de Julho, fazia a ligação entre a cidade baixa e a cidade alta. Antigamente, abrigava em seus casarões a elite do século XVII, por isso, é umas das mais antigas ladeiras de Salvador. *ASN Bahia*, 05 jan. 2016.

A Ladeira da Preguiça recebeu esse nome ainda durante a escravidão. Os brancos costumavam chamar os negros de preguiçosos sobretudo naquele local. Enquanto os escravizados subiam cargas pela ladeira, os abastados gritavam das janelas dos sobrados: “sobe, preguiça!” (MARQUES, 2004. p.86). Era uma espécie de diversão para aqueles favorecidos desdenhar da condição inferior desse outro, evidenciando a relação de poder que se estabelecia entre aqueles que podiam olhar de cima e os que sofriam embaixo, carregando o fardo nas costas. A tarefa requeria grande esforço físico mesmo de um corpo atlético e saudável. Também se defende que a preguiça foi popularizada entre os baianos em razão da resistência negra à condição escrava, mais uma forma de impropério (SOUZA, 2013).

O segundo momento que reforçou a visão do baiano como preguiçoso foi durante a industrialização, a partir dos anos 40, quando a Bahia passou a manter relações com as regiões sul e sudeste do Brasil mediante a imigração nordestina. Os baianos foram comparados com outros habitantes que são reconhecidos como trabalhadores. Nesse contexto, “a representação da preguiça já estava sedimentada no senso comum, passando a ser reafirmada pela indústria do turismo e pela grande mídia como um atributo essencialmente baiano” (ZANLORENZI, 1998, p. 14).

Cantores da Bahia usaram do estereótipo da preguiça para escreverem suas canções e montarem suas personalidades artísticas, entre eles, Dorival Caymmi (1914-2008), Gilberto Gil, Caetano Veloso e Gal Costa. Sobre isso, Marques afirma que

Certos baianos, quando são chamados de preguiçosos, tomam até como elogio. Dorival Caymmi e Gilberto Gil, por exemplo, assumiram com galhardia a malemolência que lhes é atribuída. A proverbial preguiça, argumentam, é um traço de identidade cultural da Bahia, expressão de um modo de vida em que o trabalho não precisa opor-se ao lazer. Segundo a tese *O mito da preguiça baiana*, defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 1998 pela antropóloga Elisete Zanlorenzi, a origem desse estereótipo nada tem de benigno. Foi engendrado pela elite da Bahia com o objetivo de depreciar os negros, a maioria esmagadora da população local. Isso remonta aos tempos da escravidão e ganhou fôlego em reação à Lei Áurea (MARQUES, 2004, p. 85).

Como exemplo, segue o refrão de a *Ladeira da Preguiça*, canção do baiano Gilberto Gil e gravada, entre outros, por Elis Regina:

*Essa ladeira, que ladeira é essa?
Essa é a ladeira da preguiça*

Ladeira da Preguiça, Gilberto Gil (1971).

A canção *Ladeira da Preguiça* retoma a história da Bahia tratando da localidade mencionada há pouco. A partir desse imaginário social, da preguiça associada a esse estado, o estereótipo de baiano é frequentemente retomado, com destaque para as piadas regionais.

No próximo capítulo, será analisado discursivamente, com mais profundidade, o que dizem os lexicógrafos sobre os verbetes *paraíba* e *baiano*. Em seguida, será visto como esse discurso reverbera na mídia, trazendo acontecimentos que foram difundidos em sites de notícias. A AD servirá como o aporte teórico dessa análise, mostrando que a identidade é um discurso histórico e instável. Será apresentado o que é dito sobre esses sujeitos, procurando entender também por que é dito.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DO DISCURSO DICIONARÍSTICO E MÍDIÁTICO SOBRE OS TERMOS *PARAÍBA* E *BAIANO*

3.1. O VERBETE *PARAÍBA*

A análise histórica do verbete *paraíba* levanta muitas questões sobre a identidade. Há práticas intolerantes que se naturalizaram através dos dicionários, desse lugar a partir do qual sujeitos “autorizados” produzem determinados significados e tentam estabilizar sentidos. O percurso que será feito neste momento intenta mostrar que, apesar dessa tentativa, os dicionários mudam conforme o discurso se modifica e o discurso, por sua vez, conforme muda a história. Para *paraíba*, foram coletados dicionários dos tipos padrão, de gíria e escolar. A seguir, na Tab. 1, vê-se o resultado da consulta a dicionários do século XIX.

Tabela 1 – coleta do verbete *paraíba* em dicionário do século XIX

SÉCULO XIX		
Diccionario da Lingua Portugueza (1813)	Padrão	Ausente.

Nota-se no *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1813) que, no século XIX, o termo *paraíba* ainda é ausente. Contudo, a palavra já era utilizada inclusive para designar o estado do Nordeste brasileiro, fundado desde o século XVI. Para a AD, a omissão também é significativa, como destaca Orlandi (2005):

[...] na análise, devemos observar o que está sendo dito, o que não pode ser dito [...] o que não é dito, o que é silenciado, constitui integralmente o sentido do que é dito. As palavras se acompanham de silêncio e são elas mesmas atravessadas pelo silêncio. Entre o dizer e o não dizer, desenrola-se todo o espaço de interpretações no qual o sujeito se move. É preciso dar visibilidade a esse espaço (ORLANDI, 2012, p. 83, 85).

Sob o olhar da AD, as lacunas dos dicionários participam da sua constituição, ou seja, não são vistos como defeitos ou incorreções. Para isso, é preciso silenciar outros discursos e selecionar

qual dizer. Foi preciso, então, que o sujeito lexicógrafo escolhesse quais verbetes seriam mais relevantes na época para compor o dicionário.

No início do século XX, o Nordeste já é reconhecido como região e a sua realidade política e cultural havia obtido visibilidade no cenário brasileiro. Diferente do século XIX, não há grandes dificuldades em localizar o verbete *paraíba* nos dicionários no século XX. Na Tab. 2, as definições de dicionários da época.

Tabela 2 – coleta do verbete *paraíba* em dicionários do século XX

SÉCULO XX		
Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (1964)	Padrão	s. f. (Bras.) árvore simarubácea (<i>simaruba parahyba</i> , St. - Hil.), outrossim <i>simaruba-versicolor</i> . —, s. m. (Gír.) Virago; machona. —, s. m.(Rio de Janeiro)(gír.)nordestino, pau-de-arara).
Enciclopédia Mirador Internacional (1976)	Padrão	s.f. Bot. Árvore medicinal simarubácea (<i>simaruba parahyba</i>). 2. Reg. (Sul). Trecho não navegável dos grandes rios. 3. Ictiol. Peixe da bacia do Amazonas. 4. Pop. Mulher de grande decisão e valentia. - P. mirim: o mesmo que <i>calunga</i> ¹ , acepção 1.
Grande Dicionário Enciclopédico Novo Brasil (1979)	Escolar	s.f - Bras. Bot. Árvore simarubácea (<i>simaruba parahyba</i> , St-Hil.). / Pop. Trecho de rio que não presta à navegação; mulher grandalhona e de modos masculinos; virago.
Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa (1988)	Padrão	¹ .S.f.Bras. V. <i>marupá</i> . ² . S. f. Trecho do rio que não pode ser navegado. 2. Bras. Pop. Virago; mulher macho. S.m. 3. Bras. pop. Operário de construção civil, não qualificado.

Mais lembrado no Brasil como Dicionário Caldas Aulete, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (1964) e suas reedições é um reconhecido dicionário da língua portuguesa. Teve sua primeira publicação em Lisboa, em 1881. Foi iniciado por Francisco Júlio de Caldas Aulete, que faleceu enquanto estava somente concluída a letra A. O trabalho teve continuação através de António Lopes dos Santos Valente (1839-1896) e outros lexicógrafos.

Para se referir à mulher, este dicionário afirma que o verbete *paraíba* remete sinonimicamente à “virago” e “machona”, sendo esses dois termos muito próximos. Na mídia brasileira e nas próprias relações sociais, o sujeito é atravessado, mesmo que inconscientemente, por inúmeros discursos de intolerância sexual. Pensando sobre a composição da palavra *machona*, observa-se: *mach* (radical) + *ona* (sufixo). Primeiro, o adjetivo *macho* é próprio para a identificação do sexo de animais. Assumir a face pejorativa desse termo, direcionando-o a pessoas, é pensar num ser humano com atitudes não civilizadas, ou seja, distantes da sociedade, selvagens. Em segundo, o sufixo *ona*, forma feminina nominal do sufixo *ão*, é de grau aumentativo, produzindo o sentido de grande. Em síntese, é referir-se a uma mulher como aquela que é um *grande macho*.

Outra problemática é que a generalização constrói estereótipos e elimina a ideia da diversidade, como dizer que toda mulher paraibana é “machona”.

Aulete também faz menção à posição social de quem é *paraíba*, restringindo esse uso à cidade do Rio de Janeiro. No contexto carioca, o termo funcionaria para significar o nordestino, o pau-de-arara.

O sujeito “escolhe” uma dentre certas sequências, rejeitando outras. Por isso, ao dizer “ele é *paraíba*”, deixa de dizer “ele é *paraibano*”, e optar por um desses enunciados não é produzir o mesmo sentido. O sufixo *ano* significa “proveniência, origem”, dando a ideia de pertencimento. Por outro lado, o Aulete mostra que tratar alguém por *paraíba* no Rio de Janeiro serve para designar todos os nordestinos, excluindo toda a diversidade da maior região brasileira. Como também, pode significar pau-de-arara, transporte que foi bastante utilizado durante o êxodo dos nordestinos para o sul do país, simbolizando a história de seca e da pobreza desse povo.

A primeira edição da *Enciclopédia Mirador Internacional* (1976), por sua vez, é composta por 20 volumes e destacou-se pelos verbetes longos e assinados por autores especializados, característica atribuída por Antônio Houaiss, que se embasou na *Encyclopaedia Britannica Inglesa*. A obra foi financiada pela *Encyclopaedia Britannica* do Brasil, que obtém os direitos de publicação.

Fazendo menção a outro discurso dentro de um mesmo enunciado, a *Enciclopédia Mirador Internacional* justifica o uso de *paraíba* aludindo a uma mulher de coragem, de poder decisivo. Muito provavelmente, isso é reflexo da imagem que o cangaço começou a atribuir à mulher nordestina através de Maria Bonita, assim como foi visto anteriormente. Como também, pode ser em consequência da figura da mulher sertaneja, vista como aquela que carrega a lata d’água na

cabeça, trabalha na plantação, cuida de muitos filhos e sobrevive à fome, à seca e às péssimas condições de vida.

Já o *Grande Dicionário Enciclopédico Novo Brasil* (1979), por se tratar de um dicionário enciclopédico, busca discutir cada assunto com mais profundidade. Esta é uma edição especial de 100 anos de independência do país.

Nele, as referências femininas do verbete *paraíba* são: *mulher grandalhona*, o que reporta a uma mulher de estatura alta; em seguida, *mulher de modos masculinos*; por último, *virago*, palavra usada para se referir a mulheres com maneiras ou aparência de homem.

As três significações estão ligadas ao “parecer” mulher. Um homem alto no Brasil é muito mais comum que uma mulher alta. Está presente nesse conceito uma ideia de assemelhar a mulher paraibana à construção do estereótipo físico do homem brasileiro.

Logo após, ao dizer que a mulher *paraíba* tem modos masculinos, o sujeito lexicógrafo assume que existe um “modo” masculino e aponta que essa mulher imitaria um comportamento que não é de sua natureza. Ao remeter a concepção de que há uma aparência masculina, o contrário também é válido. Nessa ótica, portar-se segundo um padrão atípico de cada gênero é “parecer” ser de tal modo sem na verdade “ser” de tal modo. É excluída desse conceito toda a pluralidade que abrange um povo ao reduzir as mulheres a um único comportamento enquanto assume que há uma singularidade para a mulher e não para cada mulher.

Encerrando este segundo momento, temos o *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa* (1988), que é uma versão condensada do Novo Aurélio - Século XXI, dicionário mais popular entre os brasileiros. Esse Aurélio reproduz o mesmo discurso dos dicionários anteriores sobre a mulher a quem se qualifica de *paraíba*: *virago*, *mulher macho*. Porém, traz também o operário de construção civil, o trabalhador que não é qualificado.

Na década de 60, o governo de Juscelino Kubitschek dedicou-se a industrializar o Brasil a fim de desenvolvê-lo como as grandes potências mundiais. Todavia, esse investimento concentrou-se na região sudeste. Assim, quem vivia nas péssimas condições da região rural e desfavorecida do país, sem acesso ao ensino ou qualquer qualificação, passou a migrar para o sul e trabalhar principalmente nas construções. Essa posição assumida pelo sujeito que é operário, nordestino, diante do sujeito que é construtor, pertencente à metrópole, fundamenta, até hoje, o discurso de superioridade sulista sobre o Nordeste. Isso pode ser visto nas consultas feitas a dicionários do século XXI, organizadas na Tab.3.

Tabela 3 – coleta do verbete *paraíba* em dicionários do século XXI

SÉCULO XXI		
Houaiss (2009)	Padrão	<p>¹s.m. (a1858) ANGIOS 1 m.q. SIMARUBA (<i>Quassia amara</i>) 2 m.q. PITOMBEIRA-DE-MARAJÓ (<i>Quassia versicolor</i>). ETIM segundo Nascentes, tupi <i>para'</i> rab 'variegado' e tupi 'i'wa'árvore'</p> <p>²s.f. (1922) 1. B S. Trecho de rio impróprio para a navegação 2. <i>B infm. pej.</i> mulher de aspecto e comportamento masculinos 2.1<i>B infm. pej.</i> m.q. LÉSBICA3 p.ext. <i>B infm.</i> mulher forte, lutadora S.2g<i>B infm.</i> 4 operário não qualificado da construção civil 5 p.ext. qualquer nordestino. Uso o emprego desta pal. Nas acp. 4 e 5 é freq., mas não necessariamente, pej. ETIM top. <i>Paraíba</i> (segundo Nascentes, prov. do tupi <i>pa'ra'</i> rio' + <i>a'iba'</i> ruim, impraticável à navegação') tornado subst. com. SIN/VAR ver sinonímia de <i>machona</i>.</p>
Dicionário de Gíria (2009)	Dicionário de gíria	<p>1 s.m. nordestino, "O paraíba trabalha a obra."</p> <p>2 s.f. lésbica, "Ela é paraíba, mulher macho, sim senhor."</p> <p>3 s.m. servente. "Chama o paraíba que topa qualquer serviço"</p>
Grande Dicionário Sacconi da Língua Portuguesa (2010)	Padrão	<p>s.f (a) 1. <i>Botânica</i> Árvore da família simarubáceas (simaruba amara), de casca venenosa e madeira branca e leve, utilizada em caixotaria.2. Essa madeira. 3. Num rio, trecho não navegável. 4. <i>Gír.</i> Mulher macho; sapatão. // s.m (o) 5. <i>Pop.</i> Qualquer operário ou peão da construção civil; peão de obra. 6. <i>Pop.</i> Pau de arara (3 e 4).</p>
Novíssimo Aulete (2011)	Dicionário Escolar	<p>Bras. Angios. sm.</p> <p>1. Árvore da fam das simarubáceas (<i>Quassia amara</i>), de madeira branca e frutos drupáceos, m. que <i>simaruba</i></p> <p>2. Árvore da fam. das simarubáceas (<i>Quassia versicolor</i>), de casca amarga e medicinal e drupas comestíveis, m. que <i>pitombeira-de-marajó</i></p> <p>3. Trecho do rio que não pode ser navegado: "Por esses espaços ninguém metia lanço, devido a que o rio em seio de sua largura se atalhava de corredeiras - paraíba - repuxando sobre pedregulho..." (Guimarães Rosa, "<i>Ripuária</i>", in <i>Tutameia</i>.)</p> <p>4. <i>Pop.</i> Mulher de comportamento masculinizado</p> <p>5. <i>Pop. Depr.</i> Lésbica; MACHONA</p> <p>6. <i>Pop.</i> Operário da construção civil; PARU; PARAÍBA-DE-</p>

		OBRA7. <i>P.ext.</i> Qualquer nordestino, sobretudo o que procura a região sudeste em busca de trabalho; PAU DE ARARA [F.: do tupi <i>pa</i> ‘ <i>rab</i> + ‘ <i>iwa</i>]
--	--	--

Houaiss (2009) é um dicionário adaptado ao novo acordo ortográfico, que preza pela síntese de informações. Acompanha informações de gramática, usos, etimologias, sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, datação, coletivos e vozes de animais.

O dicionário *Houaiss* mostra a continuidade de atribuições femininas feitas à *paraíba* no século anterior, apresentando tanto um discurso positivo (mulher forte, lutadora), quanto um pejorativo (mulher de aspecto e comportamento masculinos). Nele, é válido perceber o aparecimento do termo *lésbica*, menção que não foi possível observar em definições de séculos anteriores. Também sustenta o mesmo discurso do operário que não é qualificado e/ou pertence à construção civil. Fica evidente o estereótipo social quando o dicionário cita “qualquer nordestino”.

A 8ª edição do *Dicionário de Gíria* (2009) identifica e classifica os verbetes pelo gênero gramatical, trazendo as referências lexicográficas de localidade e datação. Os dicionários de gíria procuram registrar os termos usados pelas gerações para significar outra palavra de modo informal.

Uma peculiaridade do *Dicionário de Gíria* é a inserção do termo consultado dentro de uma sentença. Ele exemplifica o uso de *paraíba* retomando a canção de Gonzaga: “Ela é *paraíba*, mulher macho, sim senhor.” Entre as possibilidades sinonímicas, a atribuição *lésbica* é apresentada pelo dicionário. Uma relação entre *mulher macho* e *lésbica* é estabelecida aqui, partindo da ideia historicamente construída de que a homossexualidade faz do indivíduo uma imitação do sexo oposto; um ser que funciona como outro.

Ao citar “o *paraíba* trabalha a obra” e “chama o *paraíba* que topa qualquer serviço”, esses enunciados do *Dicionário de Gíria* retomam a memória do êxodo rural e remetem ao trabalhador braçal. O Brasil carrega, desde a escravidão da época colonial, o desprezo aos trabalhos manuais, assim como explica Silva Filho:

A busca pelo distanciamento das atividades produtivas manuais revestiu-se de um verdadeiro sentido ritualístico que reforçou o senso de desvalorização do trabalho e o escravismo acentuou ainda mais a sua degradação porque adicionou a noção de que “o trabalho se associa, nos hábitos de pensamento dos homens, à fraqueza e à sujeição a um senhor”, portanto, o trabalho manual passou a ser compreendido como atividade indigna para um homem livre. Sendo assim, a necessidade de demonstrar a capacidade ou a possibilidade de se ver isento da obrigação de

sujeição ao exercício dos ofícios e trabalhos físicos passou a ser encarado como meio e requisito de dignificação e distinção social. (SILVA FILHO, 2004, p.3).

A herança histórica de que trata Silva Filho (2004) está na realidade cotidiana dos brasileiros. É comum, em alguns países, que os próprios moradores pintem suas casas e aparem a grama delas. No entanto, percebe-se uma aversão dos brasileiros a práticas como essas, um certo receio de serem observados realizando serviços manuais. Os nordestinos que migraram para o sul na década de 60 atenderam a necessidade de mão-de-obra barata, assumiram funções desprestigiadas e tornaram-se sujeitos a “um senhor sulista”. Essa ideia de sujeição do Nordeste ao Sudeste perdura até hoje e é expressa quando um trabalhador é chamado de *paraíba* por um sulista.

O *Grande Dicionário Sacconi* (2010), por sua vez, adota um sistema de verbetes e subverbetes, uma tendência moderna. Os exemplos se comprometem em refletir a língua do cotidiano. Nele, o autor comenta as peculiaridades e o significados de alguns verbetes. A obra também dispõe de dados etimológicos.

O *Sacconi* segue as concepções vistas anteriormente e continua sustentando que *paraíba* é “qualquer operário ou peão da construção civil; peão de obra. Pau de arara”. No entanto, apresenta mais um sinônimo à *paraíba*: “sapatão”.

Optar e insistir por modelos de sapatos masculinos, ainda que não os fabricassem em tamanhos da média feminina, foi um movimento de resistência dos anos 70. Tratava-se de uma prática construída para fazer frente a um discurso repressor: aquele responsável pela estereotipização dos gêneros, que tem como consequência a intolerância sexual. A marchinha *Maria sapatão* ainda é rememorada e cantada a cada carnaval brasileiro. Nessa e em outras condições de produção, funciona para desrespeitar mulheres homossexuais. Calçar sapatos masculinos de grandes tamanhos contrariou o discurso discriminatório porque não representou apenas uma moda, mas uma ressignificação de uma prática que, rejeitada, passou a ter um caráter de afirmação.

O *Novíssimo Aulete* (2011), por fim, surpreende pelo acervo: mais de 75 mil verbetes seguidos de expressões idiomáticas, assumindo cerca de 95 mil unidades de significado e cerca de 200 mil acepções. A obra diferencia os verbetes em cores, agilizando a consulta. Além disso, traz separação silábica, indicação da sílaba tônica, ortoépia e flexões gramaticais irregulares.

As significações vistas até agora também estão contidas no *Novíssimo Aulete*. Mais uma vez, *lésbica* é um sinônimo de *paraíba*. Assim, pode ser observada uma regularidade nos

dicionários do séc. XXI quanto à orientação sexual. O Brasil presencia o auge dos movimentos pela liberdade homoafetiva atualmente, o que provavelmente diminuiu o tabu associado ao termo. Muitas mulheres deixam o silêncio e se declaram como lésbicas, o que é um movimento de resistência diante da intolerância que ainda se faz presente. Considerando ainda outro estereótipo nordestino, será analisado, adiante, o que dizem os dicionários sobre o verbete *baiano*.

3.2. O VERBETE *BAIANO*

A pesquisa pelo verbete *baiano*, assim como por *paraíba*, apresenta registros de estereótipos negativos, reducionistas e que denotam preconceito. Ambos são usados como estereótipo de nordestino, sabendo-se que no Rio de Janeiro é mais comum usar-se “paraíba” e em São Paulo, “baiano”. Para esse último, foram consultados dicionários dos tipos padrão, temático, enciclopédico, escolar e de gíria. A Tab. 4 traz a coleta do primeiro século.

Tabela 4 – coleta do verbete *baiano* em dicionários do século XIX

SÉCULO XIX		
Dicionario da Língua Portuguesa (1813)	Padrão	Ausente.

Como ocorrido com o verbete *paraíba*, o *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1813) não lista *baiano*, nem mesmo o estado da Bahia. É válido ressaltar que esse estado é tido como parte mais antiga da América Portuguesa, pois a frota de Pedro Álvares Cabral ancorou, em abril de 1500, na região de Porto Seguro, que mais tarde foi anexada ao território baiano. O local ficou marcado oficialmente pela tomada do Brasil pelos portugueses e pela celebração da primeira missa, na praia da Coroa Vermelha, presidida pelo Frei Henrique Soares de Coimbra. Mesmo com a importância histórica, o Nordeste ainda não havia “aparecido” e o verbete *baiano* é silenciado dois séculos mais tarde.

Tabela 5 – coleta do verbete *baiano* em dicionários do século XX

SÉCULO XX

Dicionário Mor da Língua Portuguesa (1967)	Padrão	1. adj. — Referente à Bahia; pessoa oriunda da Bahia. 2. adj. (Bras.) — Qualificativo dado a todos os nortistas pelos sulistas. 3. s.m. (Bras.) — O que não sabe montar bem a cavalo; sertanejo nortista condutor de gado. 4. s.m. — O mesmo que baião.
Nôvo Dicionário Brasileiro Melhoramentos (1969)	Padrão	adj. (de <i>Bahia</i> , <i>n.p.</i> + <i>ano</i>). 1. Pertencente ou relativo à Bahia. 2. Que é natural da Bahia. S.m. 1. Natural da Bahia. 2. V. <i>Baião</i> . 3. Indivíduo que não sabe montar a cavalo ou que, para os gaúchos, comete baianadas. 4. Habitante do campo ou das roças. 5. V. <i>nortista</i> .
Lisa Grande Dicionário da Língua Portuguesa (1970)	Temático	(a-i), <i>adj.</i> Concernente ou relativo à Bahia. S.m. O natural ou habitante da Bahia. <i>Bras.</i> Aquêlê que não sabe montar a cavalo; sertanejo nortista que conduz gado; morador no campo ou na roça. V. <i>Baião</i> . <i>Sin.</i> <i>Baiense</i> .
Dicionário contemporâneo da língua portuguesa (1980)	Padrão	(a - i), <i>adj.</i> e <i>s.m.</i> da Bahia, do Estado da Bahia. O mesmo que <i>salvadoreense</i> . (Bras., Sul) Mau cavaleiro. Nortista. (Maranhão) Boiadeiro chegado da Bahia, Piauí, Goiás com a sua boiada. (Maranhão) Gado vindo do sertão. (Norte) O mesmo que <i>baião</i> . F. <i>Bahia</i> , n. pr.
Dicionário Brasileiro Globo (1991)	Padrão	(a - i), <i>ad.</i> Pertinente à Bahia; da Bahia; (<i>Bras. do sul</i>) o mesmo que <i>nortista</i> ; <i>s.m.</i> aquele que é natural da Bahia; mau cavaleiro; (<i>Brás do norte</i>) sertanejo nortista que conduz gado; o mesmo que <i>baião</i> .

O *Dicionário Mor da Língua Portuguesa* (1967) é de autoria do renomado dicionarista e linguista professor José Cândido de Oliveira, atualmente mais acessível em sua versão compacta de minidicionário. A definição que esse dicionário traz para *baiano* se destaca aqui por duas acepções: “2. adj. (Bras.) — Qualificativo dado a todos os nortistas pelos sulistas” e “3. s.m. (Bras.) — O que não sabe montar bem a cavalo; sertanejo nortista condutor de gado. ” A primeira é de caráter generalizante, ação que ratifica estereótipos. Abrange-se *todos* os nortistas em um mesmo ideal de nordestinidade. Essa visão tem sujeito marcado, o sulista. É a imagem que ele possuiu que é dita, ao passo que há o silenciamento das outras. A segunda irá descrever essa imagem social reduzindo a mesma a elementos rurais, a saber: o transporte a cavalo e a pecuária. Reproduz-se aqui não o discurso do Nordeste, mas o discurso produzido no Sul sobre o Nordeste. Tal fato confirma que “A instituição sociológica e histórica do Nordeste não é feita apenas por seus

intelectuais, não nasce apenas de um discurso sobre si, mas se elabora a partir de um discurso sobre e do seu outro, o Sul” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 117).

O *Nôvo Dicionário Brasileiro Melhoramentos* (1969) compreende três volumes e foi elaborado pelo professor Adalberto Prado e Silva. Em 1998, foi relançado sob o nome de *Dicionário Michaelis*. Esse dicionário também define baiano em um âmbito rural, acrescentando ainda que ele é “habitante do campo ou das roças”. Esse discurso sobre o sujeito baiano silencia os centros urbanos da Bahia, bem como suas outras modalidades econômicas. Reforça-se a ideia de um Nordeste pouco desenvolvido, que não acompanhou a industrialização do país; diminuindo a sua importância frente às outras regiões, sobretudo o Sul. Também é especificada a visão do gaúcho que concebe *baiano* como indivíduo que comete “baianadas”. Comumente, fazer baianadas tem conotação pejorativa no Rio Grande do Sul, no sentido de cometer uma falha, vacilar.

Lisa — Grande Dicionário da Língua Portuguesa (1970), o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (1980) — terceira edição do conhecido Aulete — e o *Dicionário Brasileiro Globo* (1991), de Francisco Fernandes e Celso Luft, reafirmam os discursos vistos anteriormente, que apresentam o baiano ligado somente a aspectos rurais, trabalhando como gado e residindo no campo. Mostra-se, assim, um Nordeste subdesenvolvido, pouco atrativo, ultrapassado pelo Sul. Discutindo esses contrastes, Albuquerque Júnior comenta que

São Paulo é visto, na maioria das vezes, como área da cultura moderna e urbano-industrial, omitindo-se sua cultura tradicional e a realidade do campo. Já com o Nordeste se verifica o inverso. Este é quase pensado como região rural, em que as cidades, mesmo sendo desde longa data algumas das maiores do país, são totalmente negligenciadas, seja na produção artística, seja na produção científica. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 120)

Pelo fato da região Nordeste ser uma construção recente, os dicionários do século XX usam outros termos para fazer essa referência. Mesmo hoje os moradores do Sudeste usam “Norte” para falar sobre os estados do Nordeste e “nortista” para se referir aos imigrantes desse local (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2005). Em síntese, nesse século, *baiano* é uma figura exclusivamente campestre e representativa de toda sua região. Adiante, na Tab. 6, vê-se o resultado da pesquisa pelo século XXI, a fim de analisar o que é dito atualmente acerca desse verbete.

Tabela 6 – coleta do verbete *baiano* em dicionários do século XXI

SÉCULO XXI		
Michaelis (2002)	Escolar	(de <i>Bahia</i> , <i>np+ano</i>) <i>adj</i> 1 Pertencente ou relativo ao Estado da Bahia. 2 Que é natural da Bahia. <i>sm</i> 1 Natural ou habitante da Bahia. 2 <i>pej</i> Indivíduo fanfarrão, sossegado.
Dicionário de gíria (2009)	Dicionário de gíria	<i>s. m.</i> nordestino. “O baiano aí faz o quê na vida?”
Houaiss (2009)	Enciclopédia	<i>adj.sm.</i> (1534) 1 relativo à Bahia, estado do Brasil, ou o eu é seu natural ou habitante 2 <i>MA</i> que ou o que veio do sertão (diz-se de gado levado por sertanejos para as feiras de gado do Maranhão) 3 <i>pej.m.</i> CAIPIRA (‘roceiro’) <i>s.m.</i> 4 <i>MA</i> sertanejo proveniente da Bahia, do Piauí ou de Tocantins, que traz gado para as feiras de gado do Maranhão 5 <i>B S.</i> nortista 6 <i>infrm. pej.</i> us. tb. como palavra-ônibus disfêmica e preconceituosa, fora do Estado da Bahia, com significados como ‘tolo’, ‘negro’, ‘mulato’, ‘ignorante’, ‘fanfarrão’ etc. 7 <i>B</i> indivíduo que monta mal a cavalo 8 <i>B S.</i> soldado de infantaria 9 <i>DNc ETN B</i> antiga dança de par solto, com meneios acentuados dos quadris e sapateados, em que os parceiros eram escolhidos com umbigada, estalar de dedos, aceno de mão, de lenços etc. 10 <i>DNç MÚS B m.q.</i> BAIÃO (‘dança popular’) <i>ETIM top.</i> <i>Bahia</i> + - <i>ano</i> <i>COL</i> baianada <i>HOM</i> baianada (f.) / baiana (s.f.) <i>PAR</i> baiana (f.) / <i>baiana</i> (s.m.)
Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2010)	Padrão	(a-i) <i>Adj.</i> 1. Do, ou pertencente ou relativo ao Estado da BA. [Sin. p.us.) <i>baiense</i> .] 2. <i>Bras. S.</i> Nortista (2). 3. <i>Gloss.</i> Nos estudos dialetológicos sobre o português do Brasil, diz-se do subfalar que abrange Bahia, Sergipe, parte de Goiás e a região setentrional de Minas Gerais. [V., nesta acepç., <i>falar</i> (29).] ~V. <i>Recôncavo</i> —. <i>S. m.</i> 4. O natural ou habitante da Bahia. [Sin. (nesta acepç.): <i>baiense</i> (p.us) e <i>maleiro</i> (joc.).] 5. <i>Bras. Pej.</i> Indivíduo fanfarrão, pachola, dado a contar vantagens. 6. <i>Bras. N. Mús. V.</i> <i>baião</i> (1). 7. <i>Bras. S.</i> Indivíduo que não sabe montar a cavalo. 8. <i>Bras.S.</i> Soldado de infantaria. 9. <i>Bras. MA</i> Sertanejo vindo da BA, do PI ou de GO, trazendo gado. 10. <i>Bras. MA</i> Gado que chega do sertão. 11. <i>Bras. PI V.</i> <i>caipira</i> (1). 12. Nortista (3). 13. <i>Bras. N.E</i> Antiga dança de pares, espécie regional do lundu, em que os parceiros eram convidados às vezes com umbigadas, às vezes com acenos de mão ou de lenços ou ao som de castanholas.

<p>Novíssimo Aulete (2011)</p>	<p>Dicionário escolar</p>	<p>(bai.a.no) sm. 1 Indivíduo nascido ou que vive no estado da Bahia 2BA Indivíduo nascido ou que vive na cidade de Salvador (BA); SOTEROPOLITANO 3 Bras. S. Aquele que nasceu ou vive em qualquer dos estados brasileiros, salvo a região Sul; NORTISTA 4 MA Boiadeiro que veio da Bahia, Piauí ou Goiás trazendo gado para feiras do Maranhão 5 MA Gado vindo do sertão 6 PI Pej. Indivíduo simples, de modos rústicos, que ger. mora na roça; CAIPIRA; ROCEIRO 7 Bras. S. Pej. Pop. Indivíduo que é mau cavaleiro 8Bras. S. Soldado de infantaria 9Bras. Dnç. O mesmo que <i>baião a.</i> 10 Da Bahia; típico desse estado ou de seu povo 11 De Salvador; típico dessa cidade ou de seu povo 12MA Diz-se do gado vindo do sertão [F.: Do top. Bahia + -ano¹.]</p>
---	-------------------------------	---

Michaelis (2002) é um dicionário popularmente conhecido, principalmente pelas suas versões bilíngues. A obra foi pensada para estudantes, contendo termos de diferentes áreas do conhecimento, regionalismos, estrangeirismos e gírias. Até antes do século XXI, não foram vistos registros de *baiano* com sentidos relacionados à preguiça, característica estereotípica atribuída aos naturais da Bahia. Em uma acepção pejorativa para *baiano*, o dicionário *Michaelis* o qualifica como “fanfarrão” e ainda “sossegado”. A imagem de um baiano sossegado é recorrente na mídia, sobretudo pelas piadas. Geralmente, ele aparece deitado na rede, numa atitude de relaxamento. Contudo, o sossego do baiano não se insere nos dicionários enquanto qualidade positiva como de calma, equilíbrio ou paciência, mas produzindo sentidos como os de preguiça, malandragem e negligência.

O *Dicionário de Gíria* (2009) traz a generalização “nordestino” exemplifica um possível uso do verbete *baiano* através do enunciado: “O baiano aí faz o quê na vida?”. Em sociedades de bases capitalistas e que concebem ideologicamente que “o trabalho dignifica o homem”, o indivíduo que não produz é considerado vadio ou encontra-se inválido. Diferentemente, por exemplo, das sociedades indígenas que acreditam no ócio criativo. O enunciado em questão é marcado pela ironia de quem entende que ser baiano é ser improdutivo, é ser preguiçoso.

O *Houaiss* (2009) apresenta algumas continuidades, como a referência ao campo, ao gado, à região e ao modo fanfarrão, mas também traz peculiaridades. Ocorre que esse dicionário acrescenta as formas “caipira”, “tolo”, “negro”, “mulato” e “ignorante”. Essa inclusão é feita sob a observação de que são de uso informal, pejorativo e preconceituoso. Contudo, exceto por “caipira”, não se verifica o registro dessas formas em outros dicionários.

A consulta seguinte foi ao *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2010), uma versão do Aurélio lançada para atender ao Novo Acordo Ortográfico que passou a vigorar no ano anterior. Atentando para a tabela do século XXI, nota-se que esse dicionário apresenta uma continuidade do que foi observado nos outros dicionários. Constan nele: “caipira”, o termo genérico “nortista”, a referência ao trabalho com o gado e ao comportamento preguiçoso pelo uso das expressões “fanfarrão, pachola, dado a contar vantagens”. Ao passo que esses dizeres são retomados, o estereótipo de baiano é reforçado e o discurso sobre o Nordeste legitimado por um instrumento linguístico. Isso porque dicionário é saber linguístico normatizado, é uma forma de poder. “O poder produz saber (...), não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.” (FOUCAULT, 2010, p.30).

O Novíssimo Aulete (2011), assim como os outros dicionários, generaliza baiano, servindo para referenciar “nortista”; tratando-se daquele “que nasceu ou vive em qualquer dos estados brasileiros, salvo a região Sul”. Aqui fica expresso para quem o baiano é nortista. O baiano é, para a região Sul, qualquer outro brasileiro, independente da realidade geográfica. Esse dicionário também registra formas pejorativas que projetam a imagem de um Nordeste atrasado, pouco instruído, cujo habitante é um “indivíduo simples, de modos rústicos, que ger. mora na roça; CAIPIRA; ROCEIRO” (GEIGER, 2011, p.192).

Como já visto, a figura do baiano preguiçoso começou a ser traçada desde o período colonial, quando os escravos transportavam cargas pela Ladeira da Preguiça. Essa imagem é fortificada no século XX com o processo de industrialização e através das personalidades musicais que assumiram a preguiça como estilo de vida. Mas é no século seguinte, quando a preguiça já está consolidada como comportamento dos que procedem da Bahia, que os dicionários passam a incluir esse aspecto ao próprio conceito de baiano.

A relação estabelecida entre Sudeste e Nordeste fixa um imaginário em relação a um “outro” que coloca o “diferente” em posição de inferioridade. Ser nordestino, portanto, passa a ter sentido burlesco, irrisório, excêntrico. Tendo em vista que a base do saber está nas relações de poder que o legitimam, é preciso considerar que os dicionários também podem funcionar para ratificar uma ideologia. Por isso, o dicionário que é, sobretudo, um recurso educativo, necessita atentar e contribuir para que seja respeitado o princípio da dignidade humana, um dos fundamentos da constituição brasileira.

Dessa vez, no próximo capítulo, a análise discursiva de *paraíba* e *baiano* será feita a partir de notícias que repercutiram em sites de jornais. Por meio disso, ver-se-á como ambos os termos são acontecimentalizados na mídia.

3.3. "VIEMOS PARA A PARAÍBA E COLOCAM UM *PARAÍBA* PARA APITAR"

As notícias a serem analisadas neste momento descrevem dois casos diferentes, porém muito próximos no tocante ao discurso que atravessa o termo *paraíba*. Na primeira notícia, publicada no final do século XX pela plataforma online da *Folha de São Paulo*, o jogador Edmundo chama o juiz de *paraíba* e se refere ao estado do Rio Grande do Norte pelo mesmo termo. Na segunda notícia, divulgada no presente ano pelo site de notícias *O Globo*, o repórter André Gallindo é chamado de *paraíba* em rede social. O jornalista, por sua vez, responde ao seguidor afirmando sua identidade e expõe algumas problemáticas sociais relacionadas. Importa, aqui, em ambos os casos, perceber quais sentidos o termo *paraíba* evoca e como isso é noticiado.

Em agosto de 1997, a *Folha de São Paulo* descreveu o atrito entre o ex-jogador fluminense Edmundo e o juiz cearense Francisco Mourão. O atleta jogava pelo Vasco da Gama e contra o América-RN, na cidade de Natal, mas foi expulso pelo árbitro. O título da matéria constava:

22/08/1997- Edmundo faz ofensa a juiz e se defende (*Folha de São Paulo*, da reportagem local, RN)¹

Após a decisão do juiz de expulsá-lo, Edmundo declarou: "Viemos para a Paraíba e colocam um *paraíba* para apitar". Estão presentes, nesse mesmo enunciado, dois estereótipos que se revelam no termo "paraíba". O primeiro deles é o de região. Quando um sujeito diz "Viemos para a Paraíba [...]" quando viajou para outro estado nordestino, a saber, para o Rio Grande do Norte, não se trata de um mero engano, mas de uma generalização através de *paraíba* que faria referência a qualquer estado do Nordeste. Já o segundo estereótipo se apresenta em "... e colocam um *paraíba* para apitar". Como dito anteriormente, o juiz da partida era natural do Ceará, porém, a condição nordestina o fez ser classificado como *paraíba*. Cabe observar também que não se trata apenas de

¹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/8/22/esporte/18.html>>. Acesso em: 05 maio 2018.

generalizações, mas também de uma ressignificação negativa do termo, pois, como o próprio título diz, “Edmundo faz ofensa a juiz”.

A notícia diz que depois da partida, Edmundo tentou se explicar, dizendo: “É que no Rio temos o costume de chamar os nordestinos de 'paraíba', só isso. Mas acho mesmo uma brincadeira escalar um árbitro nordestino em um jogo do Vasco no Nordeste”. O jogador tentou justificar sua declaração afirmando que a origem do árbitro afetaria a imparcialidade do jogo e também alegou que no Rio de Janeiro é costume chamar os nordestinos de *paraíba*. Contudo, por mais que isso pareça natural ao atleta fluminense, não é o que aparenta ser ao nordestino, muito pelo contrário, como afirmou o juiz ao dizer que declarações como essas “não ofendem somente a mim, mas a todo o povo do Nordeste”. Se por um lado chamar qualquer nordestino de *paraíba* representa um costume de muitos fluminenses é, por outro, ofensa para muitos nordestinos.

O segundo caso a ser analisado ocorreu no início de 2018 e envolveu o repórter esportivo da Rede Globo André Gallindo. Sobre isso, o site *O Globo* noticiou, título e subtítulo:

09/01/2018 - Chamado de 'paraíba', repórter dá lição de moral em seguidor — André Gallindo critica internauta e diz ter orgulho de ser nordestino (O Globo –RJ)²

Gallindo, natural de Pernambuco, foi chamado de *paraíba* por um de seus seguidores do *Twitter* após opinar sobre o papel do jornalismo na apresentação de Felipe Coutinho no Barcelona. O comentário publicado pelo seu seguidor foi “Tem mal gosto, hein, paraíba. A imprensa é uma merda”. Mesmo não sendo oriundo do estado, ser nordestino foi suficiente para que o pernambucano fosse chamado de *paraíba*. Além de funcionar como um estereótipo de região, o sentido que o termo produz nesse enunciado é negativo, depreciativo, possivelmente mais que um “costume”, mas também uma forma de insulto.

Observa-se que o repórter não reagiu pelo insulto profissional, contudo, fez três comentários em razão de ter sido chamado de *paraíba*. Primeiramente, ele diz: “Não sou ‘Paraíba’”. Não desse jeito pejorativo que você atribui aos nordestinos. A minha sorte é que pessoas preconceituosas como você são minoria aqui no Rio. E, pelo visto, ter dinheiro para pagar a cara mensalidade de Engenharia da PUC não te dá educação”. Além de não aceitar ser chamado de

² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/chamado-de-paraiba-reporter-da-licao-de-moral-em-seguidor-22268801>>. Acesso em: 05 maio 2018.

paraíba por toda significação negativa que o termo carrega e do cuidado em não generalizar a atitude do seguidor, o repórter coloca em discussão questões de classe social e poder econômico que estariam relacionadas com essa atitude, assim como acrescentou na segunda declaração: “Pelo perfil, trata-se de alguém privilegiado, branco, universitário, teve acesso a outro idioma... Filho da ‘meritocracia’. Talvez aprenda, um dia, o que é respeito”. Gallindo ressaltou a incoerência do ter acesso à educação, ao conhecimento, e ainda assim agir com ignorância. É interessante perceber que quando um sujeito atribui o termo *paraíba* a um nordestino o faz porque ocupa um lugar social de maior prestígio, poder, e por essa condição sente-se autorizado a dizer o que diz.

Há dois momentos da notícia em que se é possível identificar um posicionamento sobre o modo como o termo *paraíba* foi empregado. O redator afirma que se tratou de um “comentário preconceituoso” e, ao final, o classifica como uma “agressão”. Se chamar um nordestino de *paraíba* produz sentido preconceituoso e agressivo é porque não há como separar a materialidade linguística da história de seca, difícil acesso à educação, êxodo, trabalho informal e pobreza, bem como decorre do fato dos dicionários terem cristalizado historicamente esse sentido ligado à seca. Por isso, quando um sulista chama de *paraíba* um nordestino que, diferente do estereótipo, ocupa um lugar de prestígio social, tenta lembrá-lo de que ele não pertence a esse lugar.

3.4. “AQUI EM SALVADOR A RAPAZIADA JÁ NÃO TRABALHA NORMALMENTE...”

Neste momento, serão analisadas três notícias através das quais se reproduz o discurso do estereótipo baiano. A ocasião foi um show da banda Jota Quest, em 2013, e todas reportam ao mesmo ocorrido. As duas primeiras serão aquelas veiculadas pelo *GI*, portal de notícias da central Globo de jornalismo, e a terceira pelo *Correio24horas*, plataforma online do jornal *Correio* da Bahia. Justapostas, essas notícias trazem olhares diferentes sobre um mesmo fato, a depender do lugar a partir do qual o sujeito informante enuncia. Ver-se-á que a origem das redações deixa escapar diferentes olhares sobre um mesmo acontecimento, permitindo: identificar o discurso do sulista sobre nordestino (mais especificamente sobre o baiano), a visão do próprio sujeito estereotipado, bem como demonstrar a ilusão do sujeito de controlar os sentidos daquilo que diz, em outras palavras, a crença de que suas intenções determinarão os efeitos que seu dizer produzirá.

Em setembro de 2013, o *GI* veiculou duas notícias sobre show da banda Jota Quest, evento que aconteceu no dia 31 de agosto do mesmo ano. A banda mineira se apresentava em uma noite

de sábado e participava do Circuito Banco do Brasil na cidade de Salvador, Bahia, quando uma declaração do vocalista Rogério Flausino suscitou vaias do público.

Flausino recomendou aos fãs que aproveitassem a apresentação e não se preocupassem com o horário. Transcreven''do as palavras do cantor, ele disse: “Amanhã, provavelmente, ninguém vai trabalhar. Aqui em Salvador a rapaziada já não trabalha normalmente, mas domingo nem f...”. O público reagiu ao que foi dito com reprovação e, instantes depois, o vocalista se desculpou dizendo: “Eu queria sinceramente que vocês me perdoassem, eu não tive intenção nenhuma de ofender, muito pelo contrário, eu amo isso aqui, frequento aqui [...]”. Acerca desse evento, as notícias do *GI* foram, título e subtítulo:

01/09/2013 - Jota Quest é vaiado em show ao dizer que baianos não trabalham — Rogério Flausino fez comentário e se desculpou durante festival no sábado. Vocalista lamentou reação do público após **brincadeira**³: “Eu amo isso aqui” (*GI*, SP)⁴

05/09/2013 - Declaração de cantor do Jota Quest contra baianos será apurada pelo MP — Rogério Flausino disse que 'baiano não trabalha', em show no sábado. Para advogado, fala de artista constitui **crime de preconceito**³ (*GI*, BA)⁵

Observe que a primeira notícia, produzida pela redação em São Paulo, classifica a declaração do cantor como uma “brincadeira”. É interessante perceber como o lugar do cantor é sutilmente apontado como o de vítima, ao destacar, sobretudo, o constrangimento dele e não o sofrido pelo público. Prevalece na notícia, a ideia de que a banda, em posição passiva, sofreu as vaias do público baiano, mas que, ainda assim, lamentou e se desculpou pela “brincadeira”. Esses lugares que os sujeitos ocupam interferem diretamente em como o enunciado produz sentido, nesse caso, no modo como os leitores interpretaram a notícia.

De toda declaração feita pelo cantor, o site faz uma escolha daquilo que será destaque na manchete e silencia todo restante do que foi dito em detrimento de um único enunciado: “eu amo

³ Grifo meu.

⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/musica/noticia/2013/09/jota-quest-e-vaiado-em-show-ao-dizer-que-baianos-nao-trabalham.html>>. Acesso em: 05 maio 2018.

⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/musica/noticia/2013/09/declaracao-de-cantor-do-jota-quest-contra-baianos-sera-apurada-pelo-mp.html>>. Acesso em: 05 maio 2018.

isso aqui”. É posto na notícia apenas o constrangimento sofrido pela banda ao ser vaiada, a mesma banda que, apesar disso, declara seu amor pelo lugar. Esse dito, tanto quanto o não dito, poderiam significar o afeto do cantor incompreendido pelo público ou, ainda, poderia ser interpretado por alguns como a falta de senso de humor dos que assistiam. Houve aqui uma escolha por parte da redação, uma seleção dentro de um conjunto de dizeres. Contudo, do ponto de vista discursivo, não é só a manchete dessa notícia que é relevante. Existe nela ainda dois trechos interessantes para essa discussão e que estão postos a seguir.

“A banda mineira Jota Quest foi vaiada durante o show que fez no Circuito Banco do Brasil em Salvador, no sábado (31). A reação da plateia aconteceu depois que o vocalista Rogério Flausino disse que os baianos poderiam ficar até tarde na “festa”, porque era sábado a noite. Ele brincou ao comentar que baiano “não trabalha” em qualquer dia da semana, não só domingo.”

“Depois das vaías, ele se desculpou. Disse que precisava “discutir a relação” e se explicou, dizendo que é mineiro e sempre escuta piadas com queijo. “Eu queria que vocês me perdoassem. Eu amo isso aqui, venho sempre no carnaval. Estou sempre aqui e foi só uma brincadeira”, disse”

No primeiro trecho, lê-se, mais uma vez, que o noticiário concebe comicamente o que foi dito: “Ele brincou”. Contudo, mencionar uma preguiça baiana, sobretudo, apontar o descompromisso com o trabalho como uma conduta dos baianos, não produziu efeito de humor para aquela plateia. Fica evidente que as pessoas ali presentes não se identificaram com esse estereótipo, pelo contrário, julgaram ser ofensivo.

O segundo trecho, além de trazer, mais uma vez, o termo “brincadeira” — reforçando a mesma ideia de que tudo foi de caráter meramente lúdico —, também traz à tona um sujeito que se sente autorizado a empregar estereótipos porque também é estereotipado, afinal, ele é “mineiro e sempre escuta piadas com queijo”. Aqui o sujeito mineiro se coloca na mesma posição do baiano para dizer que já que é “sempre” que se fazem piadas com ele, então é justificável que ele também faça. Também se percebe nisso uma naturalização do discurso que permeia o estereótipo baiano. É a banalização desse discurso que o qualifica como “brincadeira”, que permite ao cantor se achar autorizado a dizer o que disse. Desse modo, aceita-se que foi uma atitude natural porque diverte os outros, porque ser comum e também porque outros grupos passam pelo mesmo processo.

Existe ainda mais um aspecto que precisa ser analisado sobre a primeira notícia. Em seu pedido de desculpas, Flausino argumentou dizendo: “eu não tive intenção nenhuma de ofender”. Esse caso funciona como exemplo de que a produção dos sentidos não está presa à intenção do falante, pois não está a seu alcance controlar os efeitos de sentido que seu dizer pode produzir. Trata-se daquilo que a AD denomina de “esquecimento número dois”, é a ilusão do sujeito de que será interpretado pelo interlocutor tal como almejava. Porém, nem sempre isso ocorre, estando os sentidos para além das palavras e das intenções. Dois anos depois, Flausino volta a se apresentar na Bahia e reitera acerca de suas intenções, dizendo: “Me arrependo obviamente porque minha intenção nunca foi essa. Eu jamais falaria isso de uma maneira pejorativa.”

A segunda notícia, editada na Bahia, dá ao caso um tratamento bem diferente. Nela já não se trata de uma suposta brincadeira, pelo contrário, é visto com bastante seriedade. O site diz que a declaração do cantor foi “contra” os baianos, ressaltando aqui o lugar dos baianos enquanto vítimas e não o contrário, como visto na primeira notícia. Nela, o destaque para a fala do advogado baiano Juno Leite, autor do processo, é de que o ocorrido se configura como crime de preconceito. Pode-se constatar que o mesmo site de notícias ora apresenta a declaração como uma brincadeira, ora como um crime de preconceito, a depender da região que dá voz à publicação. Essa notícia traz ainda algumas declarações do advogado, como as extraídas a seguir.

“Causa indignação porque o povo baiano, e nordestino, é trabalhador. Historicamente, são os operários que colocam o país para andar. A nível de sul e sudeste, quando você fala sobre mão-de-obra, o montante é praticamente daqui do nordeste. Para uns, a declaração pode ter soado como simples piada, brincadeira, mas, a partir do momento em que ele proferiu aquilo, já configurou crime, já consumou, não há o que se falar, não cabe aí o que se retratar”.

A fala do advogado ressalta aqui a contradição estabelecida entre o que é imaginário social e o que é fato histórico. Em outras palavras, entre o que seria o mito da preguiça baiana e o que representa a história de contribuição trabalhista nordestina para o crescimento econômico do país, sobretudo, para o desenvolvimento da região Sul. Além da contradição aparente, o advogado defende que a fala do cantor não pode ser vista como uma brincadeira, como afirmou Flausino e a redação do *GI* de São Paulo.

O sujeito enunciador que disse “Aqui em Salvador a rapaziada já não trabalha normalmente [...]” revela sua ilusão de controlar os sentidos do que diz quando afirma que “não tinha intenção de ofender”. O advogado, sujeito a representar a coletividade baiana, entende que tal intenção não viria ao caso, pois “a partir do momento em que ele proferiu aquilo, já configurou crime, já consumou, não há o que se falar, não cabe aí o que se retratar”. Importaria, portanto, aquilo que foi dito, não havendo como desfazê-lo.

A terceira notícia data de dois anos depois do caso em questão. A mesma foi veiculada pela plataforma online do jornal *Correio* que noticia os acontecimentos do estado da Bahia. Observa-se, na fala do cantor, que ele reafirma ter se tratado de uma “brincadeira”, como é posto logo na manchete:

28/12/2015 - Em Salvador, Flausino volta a falar de polêmica por chamar baianos de preguiçosos — “Espero que vocês tenham compreendido que aquilo foi uma **brincadeira**”³, afirmou (*Correio*, BA)⁶

Voltar a se apresentar na Bahia fez o vocalista relembrar o caso de 2013 junto à imprensa baiana: “São brincadeiras que existem, mas são brincadeiras feitas entre amigos (...) De repente estava ali com um microfone, dei uma brincada, e me dei mal naquela ocasião. ” Essa declaração traz o reconhecimento do cantor de que suas intenções não seriam suficientes para controlar o seu dizer. Implicaria dizer que haveria ainda alguma força externa ao falante, para além da língua.

Primeiro, o cantor observa que é preciso considerar quem é o sujeito interlocutor, ou seja, para quem se diz, pois, “entre amigos”, a reação poderia ter sido outra. Quais amigos são esses? Quais amigos teriam entendido como uma brincadeira? Seriam esses amigos outros sulistas? É provável que sim.

A segunda questão diz respeito às condições de produção. Além de não ter considerado para quem dizia, o cantor percebe ter negligenciado o fato de que ele “estava ali”, “naquela ocasião”.

“Aqui em Salvador a rapaziada já não trabalha normalmente” foi dito em um show de uma banda mineira na Bahia, não em casa ou em uma reunião de amigos. Como também não foi dito

⁶ Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/em-salvador-flausino-volta-a-falar-de-polemica-por-chamar-baianos-de-preguicosos/>>. Acesso em: 05 maio 2018.

em baixo volume, para poucos, mas foi ampliado através de um microfone para que milhares de baianos pudessem ouvir.

Diante do exposto, vê-se a necessidade urgente da desnaturalização desse olhar lançado sobre o nordestino. Apenas reconhecendo a seriedade de práticas como essas é que se torna possível problematizá-las e desconstruí-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa reafirmou a relação intrínseca entre a língua, o sujeito e a história, um dos postulados da AD. Constatou-se, mediante a análise dos sentidos do verbete *paraíba* e *baiano* nos últimos três séculos, que o sujeito lexicógrafo transmitiu ao termo o reflexo de suas conjunturas sociais. Isso só confirma que o dicionário é um objeto discursivo cujos sentidos são alterados pelas condições de produção nas quais é inserido.

No século XIX, observou-se o silenciamento do verbete *paraíba* e que o termo ainda não se mostrava relevante para seleção do lexicógrafo. Primeiro, por ser um momento de pouca representatividade do território paraibano; segundo, porque o Nordeste ainda não era reconhecido como região. *Baiano* também é silenciado, mesmo diante da importância histórica e simbólica da chegada dos portugueses pelo território da Bahia. Essa constatação reforça outro postulado da AD, o qual defende que o silenciamento é significativo.

Já no século XX, verificou-se também que, com a formação do Nordeste e o conhecimento de sua individualidade, o termo *paraíba* passa a ser considerado na produção dos dicionários e com ele também são apresentados os estereótipos da região. Foi possível perceber que esses estereótipos são confundidos com o conceito de identidade, ação que despreza a diversidade e caminha para o preconceito. Nesse período, registros de masculinização da mulher nordestina já são presentes, fato esse que se mostrou ligado ao Cangaço na figura de Maria Bonita. Nesse contexto, percebeu-se a retomada da canção *Paraíba* que, em outras condições de produção, foi ressignificada. Além disso, foi visto que, como reflexo do êxodo rural, o verbete *paraíba* também passou por um processo de ressignificação ao fazer referência ao trabalhador não-qualificado. Quanto ao verbete *baiano*, houve o predomínio do discurso do Sul e o silenciamento dos outros. A partir dele, constituiu-se a generalização do termo para fazer referência ao nordestino, estabelecendo-se um estereótipo. Essa visão mostrou-se restrita a uma paisagem e a uma economia tão somente rural. Essa relação demonstrou-se atrelada à ideia de superioridade de um Sul industrializado e um Nordeste pouco desenvolvido.

Foi constatada no século XXI a manutenção dos discursos antes propagados pelos dicionários. Como peculiaridade desse século, está a inserção de discursos de intolerância sexual: *lésbica*, *machona*, *virago*, *sapatão*. Existe, atualmente, uma maior liberdade de expressão sobre o tema da sexualidade em relação aos séculos anteriores. Ao passo que o discurso conservador se

mantém, as questões de gênero ganham força através dos movimentos sociais. Já *baiano*, trouxe algumas continuidades, como a referência ao campo, ao gado, à sinonímia de nordestino e o predomínio da visão sulista. A partir do século XXI, houve registros de *baiano* com sentidos relacionados à preguiça. Tal característica mostrou ser reflexo da escravidão do período colonial, do processo de industrialização e das personalidades musicais que assumiram a preguiça como um modo de vida. Foi no século XXI, com a preguiça integrando a imagem social de baiano, que os dicionários passaram a registrar essa acepção.

Observar o que foi visto nos dicionários reverberando na mídia permitiu uma reflexão acerca de como a identidade nordestina é pensada atualmente. O verbete *paraíba* aparece fazendo referência a qualquer nordestino, reforçando o estereótipo de região, mas também se apresenta ressignificado negativamente, funcionando como uma ofensa. Destaca-se ainda a ideia de que a regularidade com a qual esse tipo de uso acontece justificaria a prática. Por outro lado, o nordestino mostrou conceber essa atitude como sendo preconceituosa e oriunda de questões sociais que envolvem um grupo prestigiado que, em razão disso, se sente autorizado a dizer o que diz sobre esse outro que entende ser inferior.

Sobre as notícias que envolveram o termo *baiano*, foi possível identificar diferentes olhares sobre um mesmo caso, a depender da origem do site: ora o uso de *baiano* se tratava de uma brincadeira, ora de um crime de preconceito. Se para um o sujeito enunciador foi a vítima, para o outro ele aparentava ser o culpado. Além disso, as redações fizeram uma seleção dos dizeres do sujeito, produzindo o sentido condizente com o seu posicionamento. Viu-se baianos reprovando a ideia de serem identificados como preguiçosos, mas que o fato do enunciador também sofrer algum tipo de estereótipo lhe proporcionou o sentimento de permissão para empregá-lo. Outros fatores que também se mostraram determinantes na produção de sentido foram aqueles que envolviam a ilusão do sujeito de controlar os sentidos daquilo que diz, as posições sociais que os sujeitos ocupavam e as condições sob as quais o enunciado foi dito.

Foi possível observar nesta pesquisa que a análise discursiva de questões sobre identidade possibilita a desnaturalização de práticas intolerantes, à medida que elas se propagam. Quando um dicionário registra acepções estigmatizadas e estereotipadas, contribuiu para que esses significados cristalizem-se e passem a integrar a imagem social daqueles que o utilizam.

O Nordeste é atingido por vários discursos de desigualdade social e preconceito que atingem tanto a posição social do nordestino, quanto a identidade das mulheres da região. O exame

dessas práticas tão vivas nos dicionários da língua, perpassando séculos, permitiu entender que a leitura dos dicionários não pode ser meramente passiva, compreendida de absorção e reprodução dos conceitos; antes, a AD mostrou que diante de uma falsa impressão de neutralidade há uma urgente necessidade de reavaliar o que vem sendo dito (e não dito) nos dicionários de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. Cabra da peste. **Nossa História**, ano 2, n. 17, p.32-36, mar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.
- CALDAS AULETE, Francisco Julio. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 5.ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964.
- _____. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980.
- COURTINE, J. J. Definition d' orientations théoriques et methodologiques en analyse de discours. **Philosophiques**, v.9, n.2, Paris, 1984.
- _____. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez; Carlos Piovezani Filho. São Carlos (SP): Claraluz, 2006.
- FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORI, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 241-277.
- FERNANDES, Claudemar Alves. **Análise do Discurso**: Reflexões introdutórias. São Carlos (SP): Claraluz, 2007.
- FERNANDES, Francisco. **Dicionário Brasileiro Globo**. 22. ed. São Paulo: Globo, 1991.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. 1.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- _____. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2010.
- _____. O Sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231–249.
- GEIGER, Paulo (org.). **Novíssimo Aulete**: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

- GREGOLIN, Maria do Rosário. et al (Orgs.). **Análise do Discurso**: entornos do sentido. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.
- GURGEL, João Bosco Serra e. **Dicionário de gíria**: modismo lingüístico: o equipamento falado do brasileiro. 8.ed. Brasília: J.B. Serra & Gurgel, 2009.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guarareira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2006.
- HOUAISS, Antônio (org.). **Enciclopédia Mirador Internacional**. 1.ed. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 2009.
- MARQUES, Fabrício. O mito racista do baiano preguiçoso: Tese que denuncia o racismo embutido no mito da preguiça baiana vai sair em livro. In: **Revista Fapesp**, São Paulo, n. 103, set. 2004, p. 83-87.
- Michaelis**: Dicionário Escolar Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2002.
- NUNES, José Horta. A Invenção dos dicionários brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. **Revista argentina de historiografia linguística**, v. 2, p. 159-172, 2013.
- OLIVEIRA, Cândido de. **Dicionário Mor da Língua Portuguesa**. São Paulo: Livro Mor Editora, 1967.
- OLIVEIRA, H. Maia D. **Lisa Grande Dicionário da Língua Portuguesa**: Histórico e Geográfico. São Paulo: Livros Irradiantes, 1970.
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- _____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 61-161, 1969.
- _____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, 1997.
- PRADO E SILVA, Adalberto. **Nôvo Dicionário Brasileiro Melhoramentos**: Ilustrado. 5.ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1969.
- RAGO, Margareth. Sonhos de Brasil. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.13- 19.
- ROBIN, R. L'Analyse du Discours entre la linguistique et le sciences humaines: l'éternel malentendu. **Langages**, v. 21, n.81, p.121-128, 1986.

- ROSA, Ubiratan (org.). **Grande Dicionário Enciclopédico Novo Brasil**. São Paulo: Novo Brasil, 1979.
- SACCONI, Luiz Antonio. **Grande dicionário Sacconi da língua Portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Nova Geração, 2010.
- SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SILVA FILHO, Paulo Alexandre. **Desvalorização e Desprezo ao Trabalho Manual e Mecânico na Sociedade Escravista Colonial**. In: V ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA, 2004, Recife. Anais. Recife: 2004.
- SILVA, Antônio de Moraes e. **Diccionario da língua portugueza**. 2ed. Lisboa: Typ. Lacérdina, 1813, tomo primeiro.
- SOUZA, Alan Lobo de. **Estereótipos em piadas sobre baiano**. 2013. 104f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.
- ZANLORENZI, Elisete. **O mito da preguiça baiana**. 1998. 267f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.